

ESTUDO DE
ENQUADRAMENTO
ESTRATÉGICO

◀ **Cenários para um
Desenvolvimento
Sustentável**

Julho 2005

ALMADA



CÂMARA MUNICIPAL

| CENÁRIOS PARA UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ÍNDICE

Sumário Executivo	5
1 Introdução.....	6
2 Identificação do quadro de princípios	11
2.1 Do território físico	12
2.2 Da apropriação artificial	14
2.3 Da valorização do tecido social	15
2.4 Do ordenamento	16
3 Estratégia de Intervenção	18
3.1 Unidades Territoriais	19
3.2 Estrutura Funcional	20
3.3 Matriz de identificação de cenários	23
4 Acções a implementar	33
4.1 Matriz de Acções.....	33
4.2 Projectos âncora	87
5 Programa das unidades de intervenção prioritárias.....	90
5.1 Plano de Pormenor de S. João	91
5.2 Plano de Pormenor do Torrão.....	91
5.3 Plano de Pormenor das Abas da Raposeira.....	92
5.4 Plano de Pormenor da Raposeira / Expansão Sul da Trafaria	92

ANEXOS

I – Acções de Participação

II –Delimitação dos Planos de Pormenor

| EQUIPA TÉCNICA

PARQUE EXPO 98, SA

Urbanismo

José Caldeira
Helena Medina

Infraestruturas

José Silveira e Castro
Fernando Ferreira de Almeida
Luís Horta de Sousa

Arquitectura Paisagística

Maria Elvira Fonseca

Consultoria Urbanismo

Luís Vassalo Rosa

Consultoria Jurídica

Gonçalo Capitão

Desenho

Cláudia Rocha
Eduardo Bandeira
Francisco Lampreia
Luís Miranda
Mário Bastos
Tiago Rocha

CEDRU – Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano Ld^a

Jorge Gaspar
José Manuel Simões
Carlos Ferreira
Sérgio Barroso
Carla Figueiredo
Inês Andrade

Instituto Superior Técnico – CESUR

Jorge Batista e Silva
Fernando Nunes da Silva
J. Paulino Pereira
Rita Soares
Alexandra Gomes

FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Ambiente

DCEA – Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente

João Muralha Farinha
José Carlos Ferreira
Maria Teresa Calvão
Graciete Silva

CIGA – Centro de Investigação em Geociências Aplicadas

José António Almeida
Carlos Nunes Costa
Maria Teresa Silva

Participação:

DCEA – Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente

CIVITAS – Centro de Estudos Sobre Cidades e Vilas Sustentáveis

João Muralha Farinha
Lia Vasconcelos
Úrsula Caser
José Carlos Ferreira
Cármem Quaresma
Cristina Ferreira
Graciete Silva
Bruno Tavares

Consultoria Sustentabilidade

ICLEI – International Council for Local Environmental Initiatives

Stephan Khun

“ Estamos diante de um momento crítico na história da Terra, numa época em que a humanidade deve escolher o seu futuro. À medida que o mundo se torna cada vez mais interdependente e frágil, o futuro enfrenta, ao mesmo tempo, grandes perigos e grandes promessas. Para seguir em frente, devemos reconhecer que, no meio da uma magnífica diversidade de culturas e formas de vida, somos uma família humana e uma comunidade terrestre com um destino comum. Devemos somar forças para gerar uma sociedade sustentável global baseada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça económica e numa cultura da paz. Para alcançar este propósito, é imperativo que nós, os povos da Terra, declaremos a nossa responsabilidade uns para com os outros, com a grande comunidade da vida, e com as futuras gerações. “

(in Carta da Terra)

| SUMÁRIO EXECUTIVO

UMA VISÃO PARA UM TERRITÓRIO DE EXCELÊNCIA

Na sequência do relatório de diagnóstico e do primeiro FÓRUM PARTICIPADO, onde foram apresentados para debate público os resultados dos estudos de caracterização, estão criadas as condições para a abordagem de propostas de desenvolvimento da área de intervenção, enquadrando as suas condicionantes e potencialidades.

Essa abordagem passa pelo estabelecimento de um panorama de desenvolvimento integrado, baseado em cenários sectoriais, cuja implementação requer um envolvimento político abrangente, harmonizando interesses das diversas entidades com tutela sobre o território.

A visão engloba esse conjunto de cenários sectoriais, numa perspectiva de tendência intemporal, que se concretiza à medida que se consolidam objectivos políticos e se promovem acções de intervenção no terreno.

Com base num QUADRO DE PRINCÍPIOS que sintetiza as condicionantes do local e as suas oportunidades, este documento procura identificar:

- ◀ Objectivos de intervenção
- ◀ Elenco de Acções para a concretização de cenários de desenvolvimento
- ◀ Delimitação de áreas de intervenção prioritárias
- ◀ Projectos âncora

Na identificação das áreas de intervenção prioritárias, estabelecem-se os programas que permitirão o lançamento, pelos competentes órgãos municipais, de Instrumentos de Gestão do Território que dêem sequência à sua implementação, na dinâmica de uma política municipal competitiva.

Na validação das conclusões deste trabalho é fundamental o debate público para que o processo ganhe, nas fases seguintes, a necessária adesão, numa abordagem em que a participação é um vector essencial da sustentabilidade dos conteúdos e da transparência da tomada de decisões.

1 | INTRODUÇÃO

Nesta segunda fase do Estudo de Enquadramento Estratégico (EEE) define-se uma **visão** para a área de intervenção, identificando os objectivos a atingir nas diferentes componentes que caracterizam a ocupação, a vivência e o uso equilibrado do território.

Assumem, nesta fase do trabalho, particular relevo:

- ◀ a formatação e avaliação dos cenários de recuperação ambiental e de ocupação humana numa perspectiva integrada de regeneração do território;
- ◀ a valorização do potencial económico, social e cultural;
- ◀ a análise urbanística e das suas condicionantes, em articulação com os vários instrumentos de gestão territorial.

A **visão** é o futuro ambicionado, construído a partir da realidade actual, identificada nos estudos de caracterização, ponderadas as invariantes e definidos os **cenários** de estruturação, em função das diferentes combinações plausíveis que as transformações ambientais, urbanísticas, sócio-culturais e económicas permitam adoptar.

Os **cenários** são apontados como abordagens sectoriais que convergem na construção dessa **visão**, interagindo e acomodando-se à medida que se harmonizam interesses e se estabelecem relações de prioridade, resultantes da estratégia decidida e dirigida pela autarquia.

Na definição de **cenários** pretende-se antever uma imagem do futuro, ou de futuros alternativos, não com a veledade de fazer previsões mas sim tentando antecipar as consequências decorrentes das decisões que vierem a ser tomadas no presente:

- ◀ Passar da 'identificação de necessidades' para a 'identificação de objectivos' nas tomadas de decisão;
- ◀ Evoluir de 'O que queremos agora?' (problema ⇒ solução) para 'O que esperamos do território daqui a 20 anos?' (problema ⇒ visão ⇒ solução);
- ◀ Entender que consequências terá uma decisão tomada hoje para as gerações futuras.

Metodologia de abordagem

A construção do futuro pressupõe que se comece hoje a dar resposta às grandes questões decorrentes do inevitável crescimento das áreas metropolitanas, onde já se fixa metade da população nacional.

Como podemos aspirar a que as cidades cresçam sem prejuízo de valores essenciais, nomeadamente o sacrifício de recursos naturais e, simultaneamente, criar capacidade de acolhimento compatível com as legítimas aspirações da população?

O entendimento do crescimento urbano, até aqui abordado numa sequência linear, deve passar a ser compreendido numa perspectiva circular, ou seja, avaliando as consequências das decisões tomadas hoje para, numa atitude flexível e reflexiva, poder corrigir os passos seguintes.

A Trafaria, ao ser absorvida pela realidade metropolitana, sofreu as consequências desta vertigem evolutiva. A utilização do seu território acomodou decisões que se traduziram numa ocupação sequencial do espaço, somando acontecimentos avulsos, justificados por critérios eventualmete legítimos na época mas que revelaram algum autismo, originando danos colaterais traduzidos por estrangulamentos, não só a nível do ordenamento mas sobretudo das aspirações da população em relação a um futuro com melhor qualidade de vida.

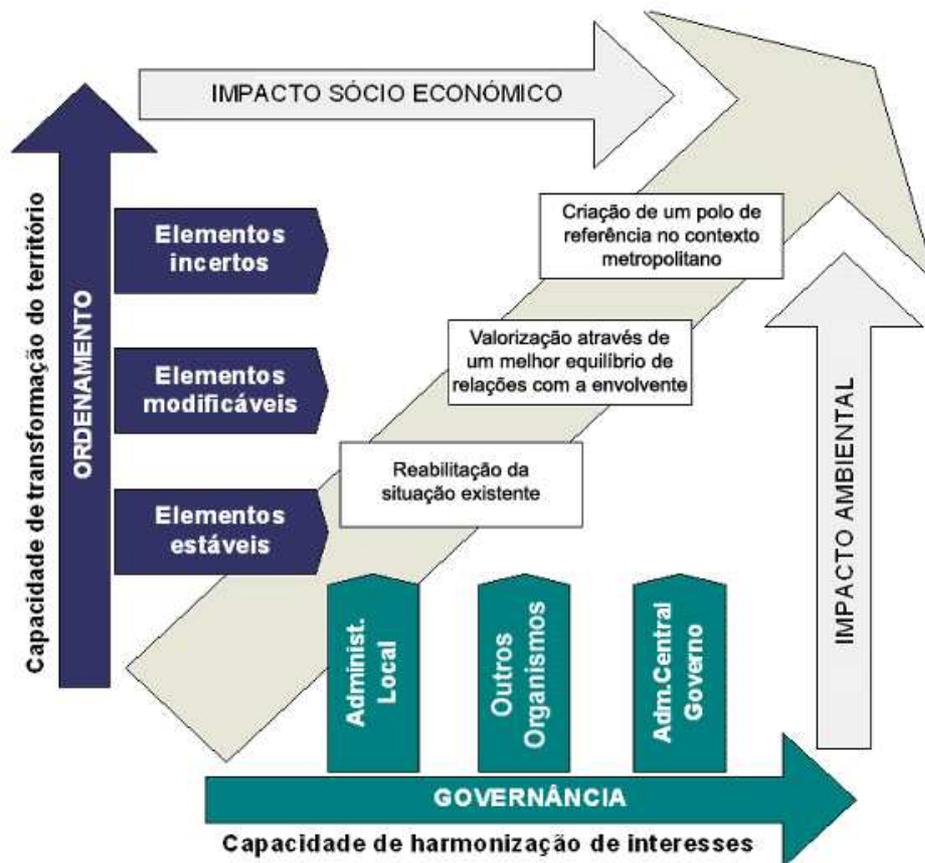
A **visão** que agora se pretende apresentar deve ser entendida nesta perspectiva de reflexão sobre as decisões do passado, corrigindo progressivamente situações desajustadas na construção de um caminho em que o tempo do futuro não tem data, mas assume a ambição de melhoria constante.

A construção dessa **visão** assenta, como se referiu, em **cenários** sectoriais, cuja viabilidade de concretização depende da conjugação de eixos de decisão, em que a crescente complexidade é directamente proporcional à determinação de uma maior ou menor ambição de transformação.

O diagrama que a seguir se apresenta pretende traduzir a concretização dessa visão, entendida na perspectiva evolutiva, em que o caminho ambicionado se vai consolidando à medida que existe um maior envolvimento de todos os agentes de decisão.

No eixo da GOVERNÂNCIA, é determinante a capacidade de harmonização de interesses entre os diversos organismos com tutela sobre o território e outras entidades públicas ou privadas. Uma transformação mais eficaz exige um maior equilíbrio entre os compromissos.

No eixo do ORDENAMENTO, essa eficácia implica equacionar no modelo de ocupação necessidades primárias com alterações qualitativas sem inviabilizar interesses futuros ainda que incertos, desde que possam vir a contribuir para o desenvolvimento sustentável do território.

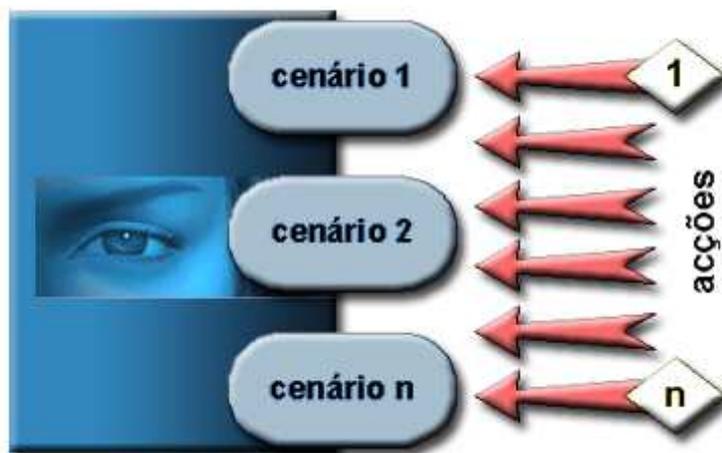


Paralelamente, o vector da componente ambiental complementa as decisões de ordenamento, no entendimento de um desenvolvimento sustentável, e o vector da componente sócio económica resulta forçosamente das decisões políticas.

Neste conceito, a visão é decomposta em cenários – visões sectoriais – que reflectem as preocupações de actuação em áreas ou domínios específicos e equacionam situações adquiridas ou interesses consensuais (**elementos estáveis**), situações que requerem ajustamentos (**elementos modificáveis**) e situações decorrentes de uma estratégia de intervenção que ultrapassa as competências do poder local (**elementos incertos**).

O caminho a percorrer não será irreversível e a sua concretização depende, fundamentalmente, da capacidade de encontrar consensos de governança.

A concretização desse percurso vai sendo assim assegurada pela implementação de acções de diversa competência e dimensão, pretendendo este Estudo estabelecer um elenco de medidas articuladas que possibilitem avançar os primeiros passos na concretização da visão.



Definir hoje o que esperar do futuro Encontrar sinergias Caracterizar oportunidades

- ◀ A visão intemporal é o futuro ambicionado e evolui à medida da ambição de transformar, de modo sustentável, a realidade;
- ◀ Os cenários reflectem a estratégia de actuação, territorializando as intervenções decorrentes da dinâmica política.
- ◀ As acções de intervenção concretizam oportunidades com vista à progressiva consolidação ou correcção dos cenários.

A abordagem de uma estratégia de intervenção parte da identificação de um **QUADRO DE PRINCÍPIOS** – valores fundamentais a preservar e potencialidades a explorar - que se constituem como premissas comuns a todos os cenários, valores entendidos como fundamentais para assegurar o desenvolvimento sustentável da área de intervenção.

Essa caracterização de base constitui o **QUADRO DE PRINCÍPIOS** que está subjacente à visão do território, apresentado com incidências a dois níveis:

- ◀ **Estratégias territoriais** - intervenções directamente relacionados com a componente física ou com a ocupação do território, determinando acções objectivas, com reflexo na valorização ambiental e no ordenamento urbano.
- ◀ **Estratégias transversais** – intervenções transversais ao suporte físico do território e que se reflectem complementarmente na valorização da qualidade de vida da população residente e na promoção do território no contexto metropolitano.

A concretização dos cenários implica a execução de acções que, como já foi referido, se situam num vasto universo, diferenciando-se quanto à competência da promoção, quanto ao campo de acção e quanto ao equilíbrio económico-financeiro e oportunidade da sua implementação.

Sem pretensões de estabelecer uma relação exaustiva, tanto mais que está subjacente a introdução continuada de novas acções em função da política de gestão municipal, compete ao presente Estudo identificar uma matriz de acções / projectos, a desenvolver a curto e médio prazo, com vista a concretizar os diversos cenários - **estratégia de intervenção**.

2 | IDENTIFICAÇÃO DO QUADRO DE PRINCÍPIOS

Como atrás se referiu, o QUADRO DE PRINCÍPIOS estabelece os valores fundamentais de enquadramento para a intervenção sustentável de desenvolvimento do território e que constituem condicionantes, valores adquiridos e oportunidades específicas do território, da sua apropriação, da valorização das condições de habitabilidade e do seu ordenamento, em articulação com a dinâmica metropolitana.

Os diferentes cenários têm necessariamente de considerar esta caracterização, correspondente à estrutura da singularidade do território, que não deve ser fragilizada ou desvirtuada por intervenções que afectem a sua unidade, legibilidade e equilíbrio.

Subjacente a este quadro está o entendimento do território no contexto da realidade metropolitana.

Neste contexto, e fruto da dinâmica de crescimento da área metropolitana, a Trafaria deverá encontrar uma vocação especializada que, criteriosamente planeada e integrada no local, permita corrigir as distorções existentes.

O reforço de ligações entre as margens do Tejo deve ser considerado como factor de transformação, cuja oportunidade deve ser acolhida no actual ordenamento, criando desde já as condições para a sua viabilização e correcta integração futura.



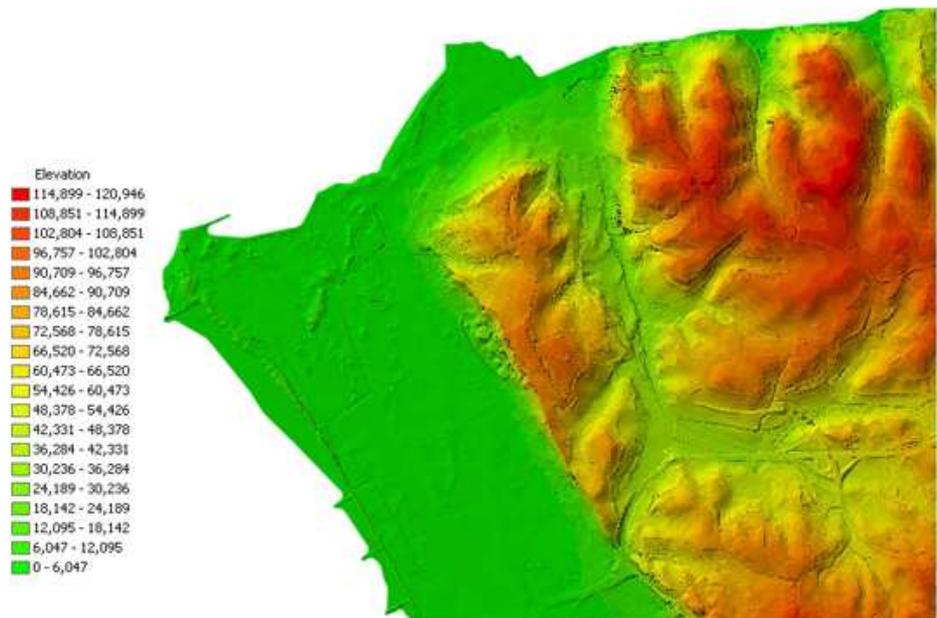
PRINCÍPIOS GERAIS

- ◀ Promover a valorização das condições naturais tendo em consideração a sua especificidade e o potencial de excelência no contexto metropolitano;
- ◀ Resolver o ordenamento ao longo da plataforma litoral, articulando a expansão da Trafaria com a Costa da Caparica, proporcionando a fixação de actividades com valor acrescentado;
- ◀ Enquadrar o ordenamento da plataforma da Arriba precavendo antecipadamente pressões decorrentes da eventual travessia Algés-Trafaria;
- ◀ Promover as acessibilidades com especial atenção para o incremento do transporte colectivo.

2.1 | DO TERRITÓRIO FÍSICO

O território em que se insere o Estudo de Enquadramento Estratégico constitui uma área singular no contexto da AML. Na confluência do Estuário do Rio Tejo com o Oceano Atlântico, referenciado pelo Forte do Bugio, pelo litoral arenoso e pelas vertentes e colinas da Arriba Fóssil, constitui uma paisagem de grande singularidade e beleza.

O correcto entendimento das características físicas do território, nas vertentes geológica, hidrológica, biogeográfica e da estrutura ecológica, constitui o suporte fundamental de qualquer modelo de transformação.



A Trafaria é o ponto natural de ligação nesta margem. Assim se fundou e desenvolveu, aberta ao rio, enquadrada por fortes que a sua excelente localização geo-estratégica justificava.

As imponentes arribas constituem monumentos naturais ímpares que devem ser preservados, quer na vertente atlântica (Arriba Fóssil), em articulação com as pressões da expansão urbana, quer na vertente ribeirinha, através da criação de uma área de paisagem protegida de âmbito municipal.

O vale da ribeira da Enxurrada constitui uma unidade natural de grande vulnerabilidade, sujeita a fortes pressões decorrentes das novas acessibilidades locais e regionais que deverão, contudo, acautelar um modelo de ocupação equilibrado.

Qualquer intervenção neste território requer uma grande sensibilidade para a superação das condicionantes e salvaguarda dos valores que estruturam, dão identidade e sustentabilidade à sua paisagem, sem prejuízo da criatividade prospectiva para a sua utilização e valorização urbanística.

Só assim é possível protagonizar uma transformação positiva que concilie a qualificação urbana e ambiental com novos usos associados à habitação qualificada, ao recreio, lazer, turismo, ligação ao mar, rio e natureza.

PRINCÍPIOS PARA A PRESERVAÇÃO DOS VALORES NATURAIS

- ◀ Reconquista da relação terra/mar, desenvolvida nas componentes ambiental, paisagística, portuária, urbana e turística;
- ◀ Optimização dos recursos naturais (equilíbrio entre a preservação e o usufruto desses recursos);
- ◀ Racionalização dos fluxos urbanos (ordenamento e dimensionamento das novas áreas de expansão);
- ◀ Apropriação das plataformas da Arriba tendo em atenção o equilíbrio entre a urbanização e o usufruto colectivo das panorâmicas proporcionadas pelos acidentes naturais;
- ◀ Controle da emissão de níveis de poluição dentro da capacidade de regeneração;
- ◀ Respeito pela capacidade de carga e respectiva resiliência dos sistemas biofísicos;
- ◀ Manutenção do equilíbrio biomassa/biodiversidade.

2.2 | DA APROPRIAÇÃO ARTIFICIAL

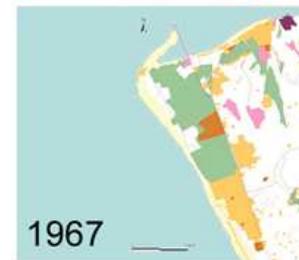
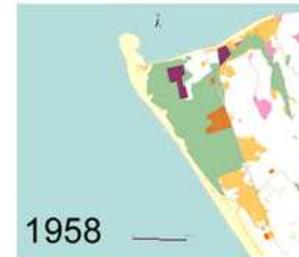
Intimamente associada à situação geográfica, a apropriação do território por estruturas artificiais cedo marcou tanto a plataforma litoral como a zona da Arriba.

Referências históricas e culturais, costumes associados às actividades económicas (agricultura e pescas) consolidaram um património de memórias que contribui para solidificar uma identidade colectiva.

A progressiva influência do crescimento da dinâmica metropolitana, sobretudo na última metade do século XX, deixou marcas profundas que se traduziram por uma “desvalorização” da Trafaria, quer pela progressiva diminuição da procura como destino balnear, quer pela introdução de ocupações industriais de forte impacto.

A Trafaria guarda a memória dum passado próspero e aguarda com expectativa a oportunidade de se reabilitar e concretizar as suas potencialidades.

A introdução de medidas de reabilitação vai no sentido de reencontrar um papel consistente para o território no contexto da realidade metropolitana.

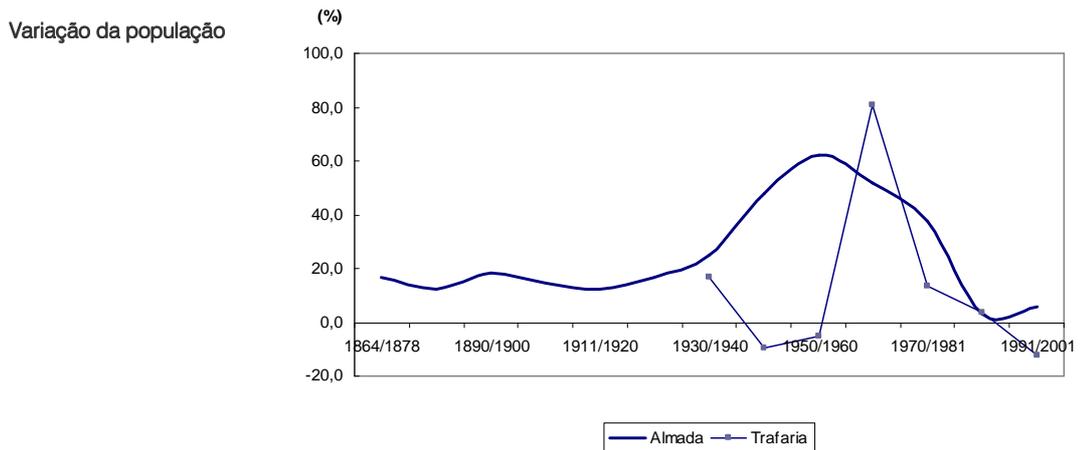


PRINCÍPIOS PARA A PRESERVAÇÃO DOS VALORES CULTURAIS

- ◀ Valorização do legado patrimonial e cultural como elemento essencial para a afirmação da identidade do território – factor de diferenciação;
- ◀ Promoção do desenvolvimento económico coerente e integrado, satisfazendo as expectativas criadas na população local.

2.3 | DA VALORIZAÇÃO DO TECIDO SOCIAL

Como reflexo da “desvalorização” referida no ponto anterior, o tecido social tem vindo a ressentir-se, verificando-se que parte significativa dos indivíduos que residem na área revelam desenraizamento, residem em habitação precária e auferem baixos rendimentos. Incrementar medidas de coesão social é um objectivo fundamental.



O sector primário, designadamente a pesca, destaca-se na freguesia da Trafaria pelo relevante número de activos afectos a este sector. A progressiva terciarização da base económica e da mão-de-obra empregada é também uma realidade perceptível na área do EEE. Nas três freguesias do EEE existem, segundo o censo de 2001, 1852 indivíduos desempregados, 77% dos quais desempregados à procura de novo emprego.

Os graves problemas e carências económicas da população residente reflectem, sobretudo, os elevados níveis de desemprego e, simultaneamente, a existência de inúmeras situações de emprego precário. Estes fenómenos são agudizados por estarem aliados a níveis muito baixos de escolaridade e de qualificação profissional.

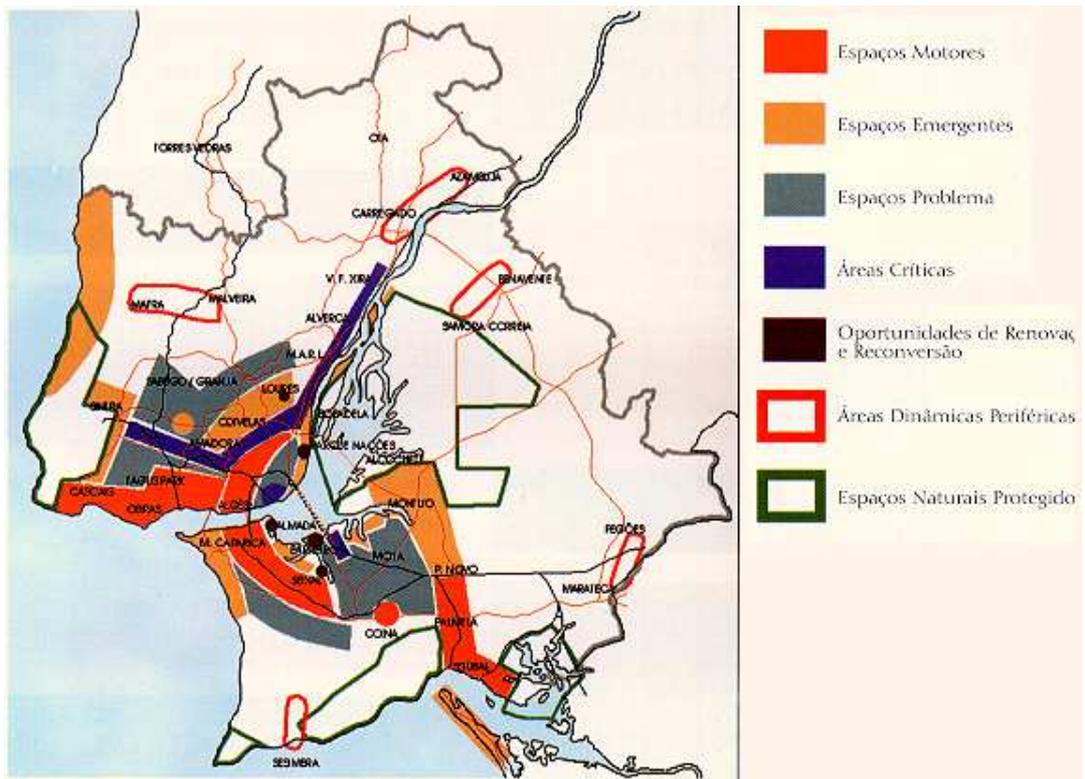
PRINCÍPIOS PARA UMA VALORIZAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA

- ▶ A valorização da oferta de emprego local com a diversificação de actividades relacionadas com a pesca ou actividades náuticas e com o incentivo à fixação de emprego mais qualificado;
- ▶ O efeito sinérgico com a envolvente próxima (ao nível das relações com o tecido urbano e na procura de pontes com instituições de investigação científica e inovação tecnológica);
- ▶ A resolução das carências de infraestruturas, equipamentos e habitação ;
- ▶ A integração multicultural e a criação de espaços de sociabilidade (capacidade de acolhimento e apoio à coesão e solidariedade social).

2.4 | DO ORDENAMENTO

No que diz respeito ao ordenamento a visão passa, necessariamente, pelo entendimento do território no contexto metropolitano.

Dinâmicas territoriais da AML



Fonte PROTAML

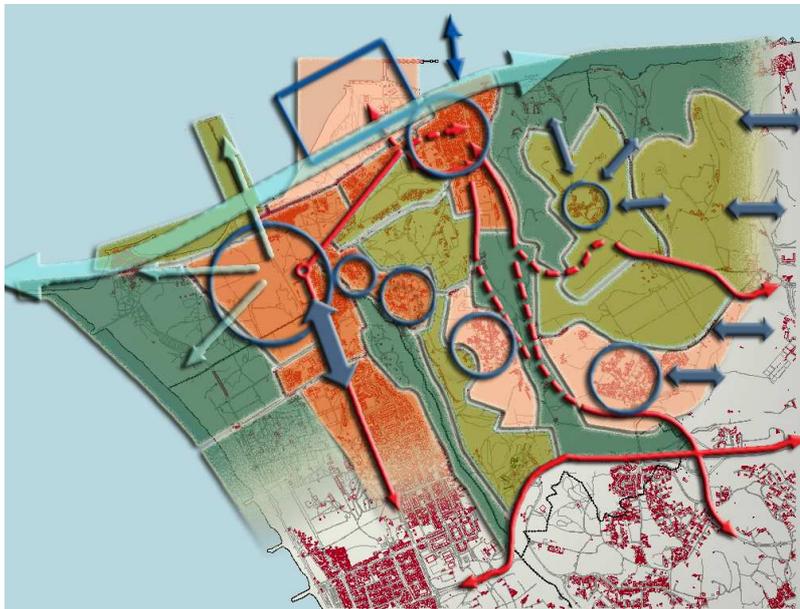
A área do EEE constitui-se, na AML, como um Espaço Natural e um Espaço Emergente, ou seja como uma área com potencialidades para protagonizar transformações positivas na AML, tanto no que respeita ao desenvolvimento de funções especializadas e novos usos, como à reestruturação e qualificação urbana e ambiental de sectores importantes da estrutura metropolitana.

São factores determinantes para a sua transformação a valorização dos seus elementos naturais, a singularidade e centralidade geográfica, e a complementaridade dos pólos urbano-turístico da Costa da Caparica e urbano-universitário do Monte da Caparica.

É fundamental contrariar o crescimento das áreas críticas de construção precária – com graves problemas de envelhecimento, desemprego e exclusão social e integrar a Trafaria nos principais eixos de acessibilidade e de sistemas de transportes colectivos, com especial incidência para o MST.

Devem ser revistas as múltiplas servidões, restrições de utilidade pública, interesses contraditórios e intrusões violentas de infraestruturas portuárias e militares, que condicionam o desenvolvimento do território.

O objectivo central do ordenamento na área do EEE é garantir a concertação dos interesses conflitantes com a salvaguarda dos valores ambientais e paisagísticos, o desenvolvimento social e económico, a promoção urbanística coerente com as potencialidades do território.



PRINCÍPIOS DE ORIENTAÇÃO DO ORDENAMENTO

- ▶ Reabilitação e valorização da orla costeira e ribeirinha;
- ▶ Salvaguarda dos valores naturais e paisagísticos;
- ▶ Contenção da construção difusa e dos perímetros urbanos não planeados, consolidação dos núcleos urbanos dispersos, reabilitação e valorização das actividades rurais;
- ▶ Reabilitação e valorização da área urbana da Trafaria e eliminação das áreas críticas de construção, com realojamento e integração dos residentes desalojados que a ele tenham direito;
- ▶ Concretização dum pólo urbano-turístico de referência na AML, planeado com criatividade urbanística e qualidade arquitectónica, no quadro de uma expansão sustentada da Trafaria, articulado nas componentes mar/rio, mata, equipamentos e acessibilidades;
- ▶ Acolhimento de projectos metropolitanos com minimização da sua intrusão e valorização positiva dos seus impactos – Desenvolvimento de portos (pesca e recreio); Travessia do Tejo.

3 | ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO

O entendimento da área do EEE, no quadro dos princípios anteriormente enunciados, leva à distinção de um conjunto de **unidades territoriais**, tendo em conta a sua especificidade física.

Estas unidades foram subdivididas em função da sua apetência natural para fixação de usos ou actividades diferenciadas. Constituem a base de suporte para as acções de ordenamento directamente relacionadas com a apropriação física do território e inter-relacionam-se em função das dinâmicas sócio-económicas que actuam de forma transversal na promoção da qualidade de vida da população residente.

Nos quadros das páginas seguintes identificam-se:

- ◀ As unidades territoriais e a sua delimitação em função das características físicas;
- ◀ As relações de interacção e complementaridade desejáveis em função das dinâmicas de desenvolvimento preconizadas.

Este entendimento da estrutura territorial configura o suporte dos diversos cenários sectoriais apontados na matriz de identificação constante do ponto seguinte e pressupõe, como intervenção prioritária, o ordenamento da plataforma litoral.

A atribuição desta prioridade prende-se com factores decorrentes da maior pressão exercida sobre esta parte do território:

- ◀ Ao nível da agressão dos sistemas ambientais fundamentais, nomeadamente a orla costeira;
- ◀ Ao nível do ordenamento da expansão da Trafaria e da sua correcta articulação com o eixo Av. Afonso de Albuquerque – Av. Atlântica;
- ◀ Ao nível de uma redefinição dos espaços afectos a equipamentos e sujeitos a uma sobreposição de tutelas (domínio público marítimo e matas nacionais);
- ◀ Ao nível da correcta articulação com as recentes disposições do POOC Sintra Sado;
- ◀ Ao nível de uma intervenção integrada com o Programa Polis.

3.1 | UNIDADES TERRITORIAIS

CARACTERIZAÇÃO DAS UNIDADES DE EXECUÇÃO

1 - Trafaria

- 1.1 - Núcleo Histórico consolidado
- 1.2 - Zona de expansão sul (zona de transição)
- 1.3 - Torrão / Bairro Madame Faber – Reordenamento da expansão poente
- 1.4 - Mata das Abas da Raposeira – Área complementar da expansão poente
- 1.5 - Aterro do Torrão – Requalificação de usos
- 1.6 - Expansão urbana ao longo do eixo da Av. Atlântica
- 1.7 - Cova do Vapor – Requalificação da frente ribeirinha
- 1.8 - Mata dos Franceses - área de protecção
- 1.9 - Área urbana consolidada a integrar no contínuo urbano

2 – Plataforma da Corvina

- 2.1 - Encosta da Raposeira – Área verde equipada e articulação do remate das zonas urbanas de Corvina e Raposeira.
- 2.2 - Encosta de Alpena - Área verde equipada
- 2.3 - Zona de protecção à Arriba atlântica
- 2.4 - Pica Galo / Raposeira - Área urbana consolidada a requalificar
- 2.5 - Corvina - Área urbana consolidada a requalificar

3 – Ribeira da Enxurrada

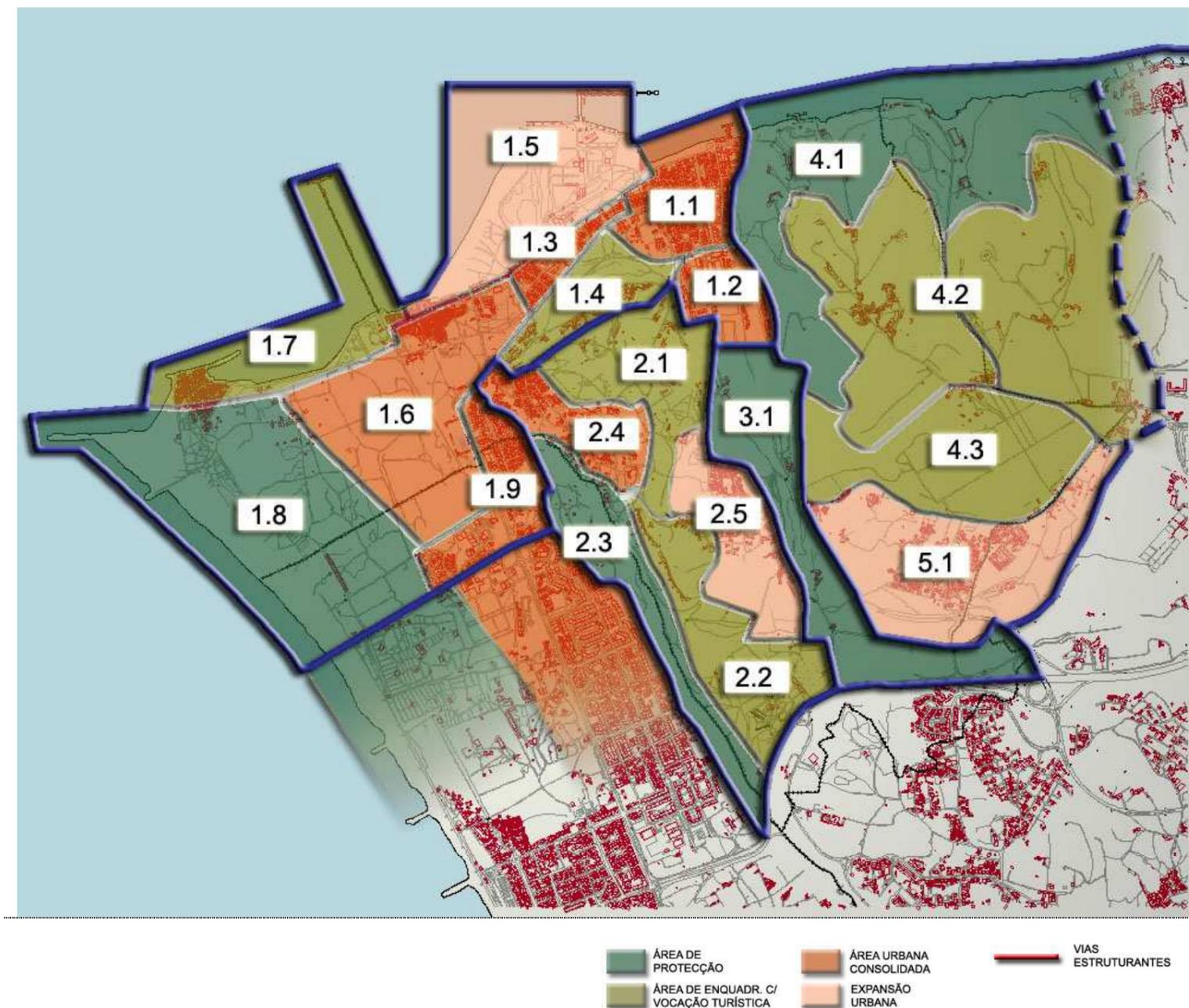
- 3.1 - Vale da Ribeira da Enxurrada

4 – Plataforma de Murfacém

- 4.1 - Zona de protecção à Arriba do Tejo
- 4.2 - Murfacém – Zona de desenvolvimento turístico
- 4.3 - Quinta de N^a Sr^a da Conceição – Zona de desenvolvimento turístico

5 – Pêra

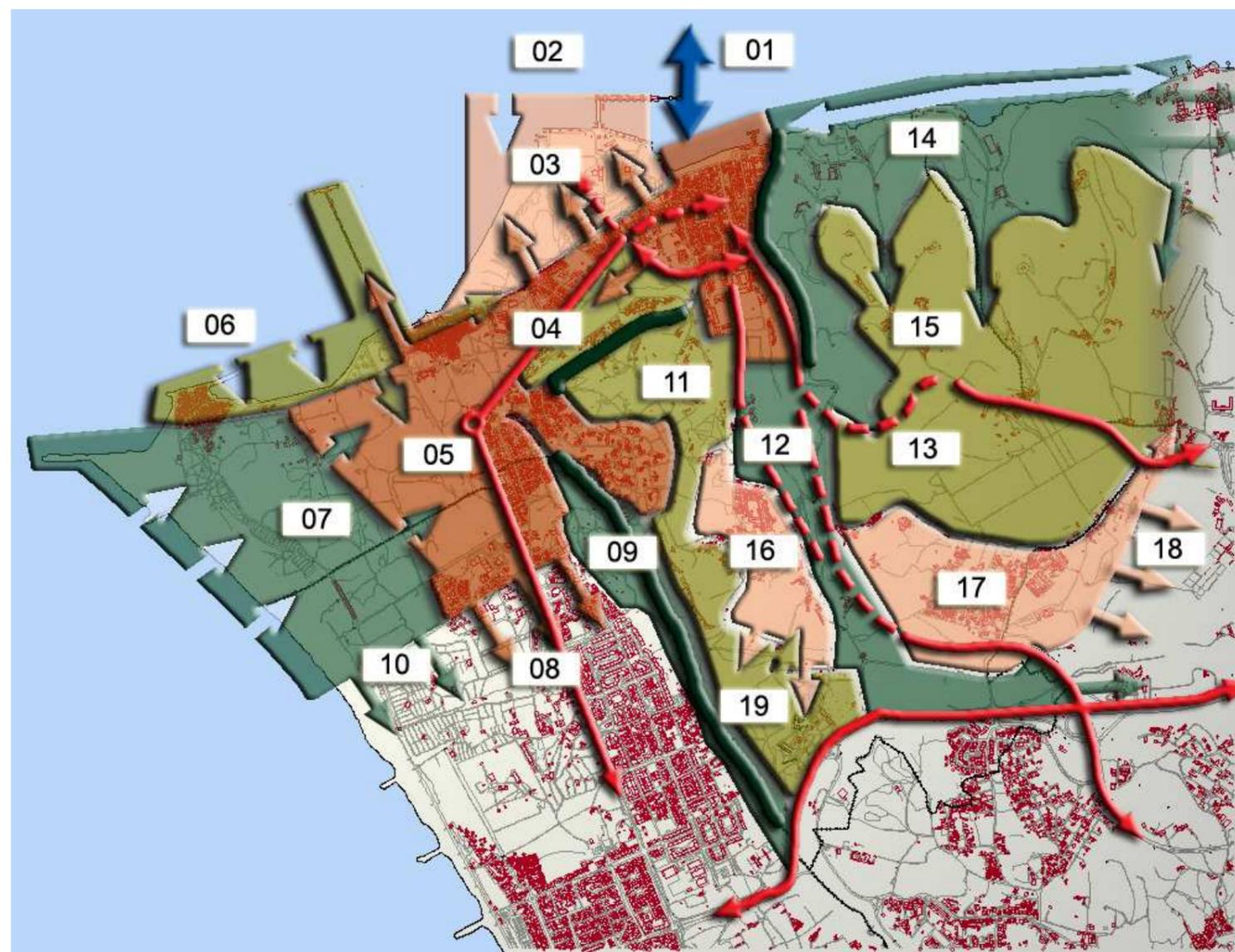
- 5.1 - Pêra - Área urbana consolidada a requalificar



3.2 | ESTRUTURA FUNCIONAL

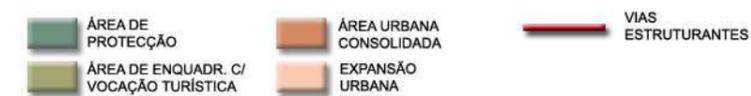
CARACTERIZAÇÃO DAS RELAÇÕES FUNCIONAIS

- 01 – Reforço da ligação da Trafaria à margem norte do Tejo – Melhoria das ligações fluviais / interface; futura travessia.
- 02 – Reconversão do aterro com incorporação de actividades portuárias (pescas).
- 03 – Integração do aterro na estrutura urbana.
- 04 – Expansão urbana ao longo do eixo da Av. Afonso de Albuquerque.
- 05 – Criação de um pólo urbano.
- 06 – Desafectação do POL NATO e criação de uma frente de recreio associada ao pólo urbano.
- 07 – Recuperação da Mata dos Franceses para actividades de uso colectivo articuladas com o uso balnear e com o pólo urbano.
- 08 – Valorização do eixo da Av. Atlântica como sistema estruturante incorporando o MST.
- 09 – Protecção da Arriba e remoção progressiva das construções em área *non aedificandi*
- 10 – Articulação com o Programa POLIS.
- 11 – Incorporação das estruturas militares numa zona de uso turístico e de lazer.
- 12 – Articulação do IC32 com as características naturais e ambientais do Vale da Ribeira da Enxurrada.
- 13 – Reformulação do traçado da ER 377.
- 14 – Criação de uma área de paisagem protegida de âmbito municipal ao longo das Arribas do Tejo incorporando um percurso marginal .
- 15 – Infraestruturação do núcleo de Murfacém e integração numa área de desenvolvimento turístico em articulação com o parque natural.
- 16 - Redefinição do perímetro urbano da Corvina.
- 17 – Redefinição do perímetro urbano de Pêra.



18 – Articulação funcional entre Pêra e o Monte da Caparica.

19- Reversão da área degradada das piscinas numa área comercial / lazer articulada com a Plataforma da Arriba.



Decorrente da estrutura funcional e tendo em conta as suas características naturais, as actuais ocupações e as potencialidades identificadas no processo de diagnóstico, estabeleceu-se o suporte para os cenários que irão promover a transformação.

Estabeleceu-se assim uma matriz de situações / cenários, que devem ser entendidos de forma articulada.

Para a definição dos cenários consideramos, numa organização em árvore, 6 vertentes – os Recursos Naturais, o Património, a Actividade Económica, os Equipamentos Colectivos, a Mobilidade e a Estrutura Territorial.

Definimos, para cada uma destas vertentes, um quadro geral de objectivos estruturantes, a partir dos quais procuramos estabelecer objectivos de curto e médio prazo. Procurámos ainda definir, desde já, um conjunto de acções concretas, pensadas contudo numa visão global do território em análise, e, por isso, acções interligadas no espaço, no tempo e nos seus efeitos.

Este quadro de cenários, objectivos e acções foi construído e deve ser lido em conjunto com os mapas onde se identificam as unidades homogéneas e as respectivas inter-relações funcionais.

Em relação à vertente dos Recursos Naturais, e apenas em relação a esta, entendeu-se útil definir o quadro de objectivos estruturantes não apenas em relação ao território no seu conjunto mas discriminado por cada unidade territorial relevante, designadamente:

- 1** Recursos naturais
 - ▶ Frente Litoral Atlântica
 - ▶ Frente Litoral Ribeirinha
 - ▶ Vale da Ribeira da Enxurrada
 - ▶ Arriba Fóssil Atlântica
 - ▶ Arriba do Tejo
 - ▶ Mata dos Franceses
 - ▶ Mata da Trafaria
 - ▶ Mata da Ribeira da Enxurrada
 - ▶ Áreas de exploração agrícola

Em relação às restantes vertentes o quadro de objectivos estruturantes é equacionado em torno das seguintes sub-divisões de análise:

- 2** Património
 - ▶ Património sócio-cultural
 - ▶ Património edificado

- 3** Actividades Económicas
 - ▶ Mercado
 - ▶ Pescas
 - ▶ Turismo
 - ▶ Terciário

- 4** Equipamentos colectivos
 - ▶ Equipamentos de Ensino
 - ▶ Equipamentos de solidariedade e segurança social
 - ▶ Equipamentos de saúde
 - ▶ Equipamentos desportivos
 - ▶ Equipamentos culturais

- 5** Mobilidade
 - ▶ Acessibilidades a nível regional
 - ▶ Acessibilidades a nível local
 - ▶ Transporte

- 7** Estrutura territorial
 - ▶ Usos do solo
 - ▶ Desenho urbano

3.3 | MATRIZ DE IDENTIFICAÇÃO DE CENÁRIOS

As fichas que a seguir se desenvolvem procuram sintetizar os cenários por sector, identificando objectivos de curto e médio prazo e identificando as acções consideradas fundamentais para a sua concretização.

Sectores	Objectivos de curto e médio prazo	Acções
1.1. Frente Litoral Atlântica		
<p>A praia e a mata constituem, reconhecidamente, valores naturais fundamentais.</p> <p>O seu usufruto pela população deve ser promovido de forma compatível com uma apropriação equilibrada dos recursos. A protecção do sistema dunar deve ser encarada como uma preocupação prioritária.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Reconstituição do areal - Reparação dos esporões e recarga de areias. • Recuperação e ordenamento do sistema dunar frontal - Relocalização dos apoios de praia e adaptação das instalações para suporte de actividades desportivas. • Abertura ao uso colectivo introduzindo factores disciplinadores da utilização - Relocalização das áreas de estacionamento e de apoio. • Reconstituição do sistema dunar, reforço da protecção natural face à possível ruptura do cordão dunar frontal. • Ordenamento dos percursos de atravessamento (passadeiras aéreas no atravessamento das dunas - acesso controlado à praia). 	<ul style="list-style-type: none"> • Estudo e implementação de medidas de protecção ao longo da frente atlântica. • Implementação de um sistema de monitorização de riscos ambientais. <p>A.1.5 - B.2.1 B.2.4 - B.4.3 C.2.3 - C.2.4 D.1.4</p>
1.2. Frente Litoral Ribeirinha		
<p>A frente ribeirinha assume-se como um valor paisagístico ímpar, com forte potencial para o desenvolvimento de actividades recreativas e económicas de interesse local.</p> <p>Devem ser promovidos sistemas de protecção ambiental e o ordenamento da ocupação por infraestruturas associadas a actividades económicas e equipamentos de uso colectivo.</p> <p>É inevitável a remoção das construções em áreas críticas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a exploração sustentável e ordenada dos recursos piscícolas do estuário em articulação com os estudos desenvolvidos pelo IPIMAR. • Consolidação das obras de protecção costeira e arranjo da frente marginal estabelecendo um percurso de lazer. • Estudo de medidas de protecção na área de galgamento e cheia. 	<ul style="list-style-type: none"> • Remoção das construções existentes em áreas de risco. • Reversão do terminal POL-NATO para actividades de lazer e recreio. <p>A.1.5 - A.2.1 A.2.2 - B.2.1 B.2.4 - B.3.1 B.4.2 - C.1.4 C.2.5 - D.1.6 D.1.2 - D.1.4</p>
1.3. Vale da Ribeira da Enxurrada		
<p>A intervenção no Vale da Ribeira da Enxurrada deve conciliar o seu papel fundamental no sistema ambiental com a situação decorrente da sua orografia que o configura como única alternativa para a implantação de corredores de acessibilidade estratégicos para o desenvolvimento da Trafaria.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Estudo do modelo de drenagem e demarcação da área de protecção ao leito da Ribeira. • Definição de canais de acessibilidade articulados com as condicionantes ambientais. • Ordenamento das encostas no sentido da criação de uma faixa de amortecimento. 	<ul style="list-style-type: none"> • Implementação de um sistema de monitorização dos parâmetros de qualidade ambiental. • Equacionamento dos impactos resultantes dos corredores de acessibilidade. <p>A.1.3 - A.1.4 C.1.1 - C.2.5 D.1.6</p>
1.4. Arriba Fóssil Atlântica		
<p>A Arriba Fóssil constitui um valor ambiental e paisagístico de referência, devendo ser preservado e valorizado. A vulnerabilidade deste sistema deve ser encarada como uma realidade incontornável, devendo ser tomadas as medidas necessárias para o seu equilíbrio e minimização dos decorrentes riscos de segurança para a população.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Delimitação da área de protecção à Arriba. • Constituição de uma unidade operativa que abranja as áreas ocupadas por instalações militares desafectadas. • Revisão dos perímetros urbanos de Pica Galo, Raposeira e Corvina, enquadrando as AUGIs. • Valorização dos aglomerados existentes. 	<ul style="list-style-type: none"> • Remoção das edificações construídas na área de risco. • Definição de um percurso equipado utilizando o sistema de vistas da cumeada. <p>A.1.1 - A.1.4 C.2.5 - D.2.1 D.2.2</p>

Sectores

Objectivos de curto e médio prazo

Acções

1.5. Arriba do Tejo

A Arriba do Tejo constitui um sistema natural que caracteriza a frente ribeirinha do Concelho de Almada.

A sua especificidade ambiental e paisagística deve ser encarada num sistema de continuidade e integrada numa área de paisagem protegida de âmbito municipal.

- Delimitação da área de protecção à Arriba.
- Salvaguarda dos sistemas de vistas.
- Revisão dos perímetros urbanos de Murfacém / Covas.
- Revisão do perímetro urbano de Pêra enquadrando a respectiva AUGI.

- Criação de uma área protegida que abranja a frente litoral do Concelho de Almada entre Trafaria e Almada, associada a empreendimentos turísticos.
- Definição de um percurso de recreio e lazer na frente de rio.
- Alargar o âmbito territorial da Área de Paisagem protegida da Arriba Fóssil até à Raposeira.

A.1.2 – A.1.4
C.1.3 – C.2.5
D.3.1 – D.3.2
D.3.3

1.6. Mata dos Franceses

A mata deve ser entendida como um elemento de protecção natural, sem prejuízo do seu usufruto como espaço de recreio e lazer.

O seu ordenamento deverá ter em atenção a articulação funcional com a frente de praia, com as propostas decorrentes do programa POLIS e com a ocupação urbana a desenvolver ao longo da sua frente nascente.

- Afectação de usos, compatíveis com o POOC e articulados com o uso balnear e com a proposta de desenvolvimento urbano adjacente.
- Avaliação do sistema de drenagem (valas).
- Estudo de medidas de protecção nas áreas de risco de galgamento oceânico.

- Progressiva realocização das áreas de estacionamento de apoio à praia.
- Reconversão progressiva do acacial por espécies da mata atlântica.

A.1.4 – C.2.3
C.2.4 – C.2.5
D.1.4

1.7. Mata das Abas da Raposeira

Inverter a situação de abandono através do seu tratamento como componente da expansão urbana da Trafaria.

- Elaboração de uma proposta de ordenamento enquadrada na expansão urbana da Trafaria.
- Remoção das construções em áreas de risco nas Abas da Raposeira.

A.1.4 – B.4.2
C.2.5 – D.1.3

1.8. Mata da Ribeira da Enxurrada

Considerar a sua integração no sistema de protecção ambiental da Ribeira da Enxurrada.

- Enquadramento das novas acessibilidades.

- Implementação de um sistema de monitorização dos parâmetros de qualidade ambiental.

A.1.4 – C.1.1
C.2.5

1.9. Áreas de exploração agrícola

Criar condições para o desenvolvimento da actividade agrícola e agro-turística.

- Redelimitação da RAN e REN, tendo em consideração o cadastro e a viabilidade da exploração agrícola.

A.1.4 – C.1.5

PATRIMÓNIO

2

Sector

Objectivos de curto e médio prazo

Acções

2.1 Património sócio-cultural

Valorizar a identidade sócio-cultural da Trafaria pela promoção dos costumes e tradições e pelo incentivo a novas iniciativas e ao movimento associativo.

- Incentivo às iniciativas promovidas pelas colectividades através de acções de divulgação.
- Recuperação de eventos com tradição local e dinamização de novas iniciativas.
- Promoção das tradições locais, música, desporto, gastronomia, etc..

B.1.1 – B.1.4
B.1.5

2.2 Património edificado

Recuperar e revitalizar conjuntos patrimoniais relevantes .
Promover a recuperação de edifícios notáveis e sua utilização como equipamentos colectivos.

- Recuperação de elementos significantes do Centro Histórico da Trafaria
- Encontrar nova vocação para o forte da Trafaria
- Reconversão das baterias da Raposeira e Alpena para o uso turístico, cultural ou outro urbano compatível.
- Salvaguarda do núcleo de Murfacém
- Promoção do Bugio como património da Trafaria
- Promoção de incentivos à recuperação dos moinhos
- Promoção de incentivos à recuperação das quintas
- Promoção de circuitos turísticos segundo uma lógica de integração territorial e de recursos.

B.1.2 – B.1.3
D.3.2 – D.1.6
D.2.2

ACTIVIDADES ECONÓMICAS

3

Sectores	Objectivos de curto e médio prazo	Acções	
3.1. Mercado			
Entender o posicionamento sócio-económico da Trafaria no contexto da Área Metropolitana.	<ul style="list-style-type: none"> Elaborar estudos de mercado com vista a determinar as tendências e procura potencial para os vários sectores de actividade. 	<ul style="list-style-type: none"> Aferir com periodicidade o posicionamento da Trafaria na realidade metropolitana. 	B.2.1 – C.1.3 D
3.2 Pescas			
Recuperar o sector das pescas como motor de desenvolvimento económico local. Incentivar iniciativas complementares.	<ul style="list-style-type: none"> Recuperar o sector das pescas como uma das forças motrizes de desenvolvimento, conferindo-lhe escala e complementaridade e adicionando-lhe valências (lota, depuradora, viveiros, etc.). Melhorar os apoios de recolha de embarcações e de aprestos de pesca. Promover a pesca de recreio como forma de rentabilizar recursos (pesca no rio e pesca ao largo). Criar melhores condições de recepção e de expedição do pescado. 	<ul style="list-style-type: none"> Localizar um novo porto de pesca anexo ao aterro da SILOPOR. Possibilidade de explorar viveiros. Quantificar os recursos em articulação com o IPIMAR. 	B.3.1 – B.3.2
3.3. Turismo			
Considerar a actividade banear como um dos principais atractivos do território. Complementar a actividade sazonal com outros factores de atracção. Valorizar e diversificar a oferta hoteleira no território no sentido de criar um pólo turístico diversificado. Promover a Trafaria como um pólo singular de actividades turísticas.	<ul style="list-style-type: none"> Rever a situação das acessibilidades e dos estacionamento de apoio às praias de S. João e Cova do Vapor. Promover condições para a prática de desportos náuticos na frente ribeirinha e atlântica. Construir percursos de recreio equipados ao longo das arribas e da orla costeira. Promover actividades culturais / animação de rua no centro da Trafaria Divulgar o sítio valorizando as suas vantagens competitivas. Associar o Bugio ao ex-libris da região. 	<ul style="list-style-type: none"> Recuperar a área anteriormente ocupada pelo Onda Parque. Construção de nova unidade hoteleira de referência na planície litoral. Potenciar a construção de empreendimentos e equipamentos turísticos. Introduzir a prática do golfe. Promover regularmente actividades que potenciem atracção. 	A.1.5 – B.1.1 B.1.2 – B.1.3 B.1.4 – B.1.5 B.2.4 – B.2.5 B.4.1 – B.4.2 B.4.3 – D.1 D.2 – D.3
3.4 Terciário			
Introduzir actividades qualificadas ligadas ao sector terciário como medida geradora de emprego.	<ul style="list-style-type: none"> Promover usos associados ao comércio e serviços ao longo da Av. Atlântica. Articular com instituições de ensino / investigação para a dinamização de um pólo na Trafaria (eventualmente associado a biologia marítima ou às ciências do ambiente, nomeadamente relacionadas com o litoral) 	<ul style="list-style-type: none"> Potenciar a influência do MadamPark e da Universidade Nova na requalificação do parque habitacional da Trafaria e na revitalização sócio económica. 	B.2.1
3.5 Silopor			
Diminuir o impacto desta actividade económica na saúde e qualidade de vida da comunidade local.	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a qualidade do ar, nomeadamente das emissões de partículas e de óxidos de azoto. Avaliar a qualidade do ambiente sonoro. Contribuir para uma maior abertura entre a Silopor e a população. 	<ul style="list-style-type: none"> Melhorar a qualidade do ar atmosférico. Melhorar a qualidade do ambiente sonoro. 	A.2.1 – A.2.2 C.1.1 - C.1.2

EQUIPAMENTOS COLECTIVOS

4

Sectores	Objectivos de curto e médio prazo	Acções	
4.1. Equipamentos de Ensino			
Combater o absentismo. Promover actividades sócio-educativas. Desenvolver acções de formação profissional ajustadas à realidade sócio-cultural local.	<ul style="list-style-type: none"> • Maior articulação entre as escolas e as actividades/instituições sócio-culturais locais. • Reestruturação da actual grelha de equipamentos. 	D	
4.2. Equipamentos de Solidariedade e Segurança Social			
Reforçar a rede de equipamentos e promover sinergias com as colectividades locais.	<ul style="list-style-type: none"> • Reforço da rede de equipamentos ao nível das creches e jardins-de-infância. • Reforço da rede de equipamentos e respostas sociais destinados à população idosa. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ajustamento da localização da oferta e do número de valências, em função da procura. • Diversificação das actividades estabelecendo uma maior articulação com o movimento cívico local. 	D
4.3. Equipamentos de Saúde			
Reforçar e diversificar a oferta. Estabelecer bases para a monitorização da saúde pública.	<ul style="list-style-type: none"> • Reforço e diversificação da oferta de cuidados de saúde primários. • Reforço e diversificação da oferta de cuidados de saúde secundários. 	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecimento de bases de dados que permitam avaliar a evolução de doenças com eventual origem na actividade desenvolvida pela SILOPOR. 	B.2.2 – D
4.4. Equipamentos Desportivos			
Incentivar a prática desportiva, nomeadamente a promoção de actividades associadas a desportos náuticos.	<ul style="list-style-type: none"> • Dotar a Trafaria de condições para o desenvolvimento dos desportos náuticos. • Construir uma rede integrada de equipamentos desportivos com a transferência do campo de jogos da Trafaria e a sua valorização e modernização. 	<ul style="list-style-type: none"> • Valorização dos equipamentos existentes. • Aumento da polivalência dos equipamentos desportivos. 	B.2.3 – B.2.4 D
4.5. Equipamentos Culturais			
Integrar a Trafaria nos circuitos de animação e promoção de cultura da Área Metropolitana. Possibilitar à população local uma visão cultural integrada.	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção da rede de equipamentos culturais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Valorização do legado histórico • Apoio ao Movimento Associativo com relevância local 	B.1.1

MOBILIDADE

5

Sectores

Objectivos de curto e médio prazo

Acções

5.1 Acessibilidades a nível regional

Melhorar as condições de acessibilidade ao território, implementando a sua articulação com as principais estruturas regionais.

- Concretização urgente da construção do IC32 (Pêra - Trafaria).
- Estudo da melhoria das ligações fluviais (diversificação de destinos).
- Correção do traçado da ER 377 entre a Trafaria e Costas de Cão sem prejuízo da prioridade a dar à construção do IC32.
- Ligação metropolitana.
- Reformulação do sistema de acessibilidades e transportes.

C.1.1 – C.1.2
C.1.3 – C.1.4
C.1.5

5.2 Acessibilidades a nível local

Melhorar as condições de mobilidade e segurança da circulação.

- Intervenção na Av. Afonso de Albuquerque, tendo em vista as condições de segurança da circulação e a sua valorização paisagística.
- Correção dos traçados e melhoria das ligações rodoviárias entre Corvina /Raposeira e a Trafaria.
- Disciplinar o estacionamento na área de intervenção.
- Reformulação dos acessos à zona de praias.
- Alargamento da rede de percursos cicláveis, em articulação com os programas municipais existentes.
- Melhoria das ligações transversais entre Pêra e Corvina.

A.2.1 – A.2.2
C.2.1 – C.2.2
C.2.3 – C.2.4
C.2.5 – C.2.6

5.3 Transporte

Promover e facilitar o recurso a transportes colectivos.

- Incentivo à utilização de transportes públicos.
- Integração de Pêra na rede de transportes colectivos.
- Relocalização do terminal rodo fluvial da Trafaria.
- Ligação da Trafaria e S.João ao MST.

C.3.1 – C.3.2
C.3.3 – C.3.4

ESTRUTURA TERRITORIAL

6

Sectores

Objectivos de curto e médio prazo

Acções

6.1. Usos do solo

Implementar Instrumentos de Gestão do Território como forma de aplicação / revisão das indicações expressas no PDM de Almada.

- Alteração do PDM Almada integrando as alterações da RAN e da REN na área abrangida pelos IGT e compatibilização com as disposições do POOC.
- Definição de Unidades de Execução com maior flexibilidade ao nível dos usos e condicionantes e ajustadas ao cadastro.
- Revisão dos perímetros urbanos de Pica Galo, Raposeira e Corvina, enquadrando as AUGIs.
- Estudo urbanístico para integração urbana da plataforma da SILOPOR, associada ao porto de pesca e ao interface rodo fluvial.
- Estudo para a integração do aterro da SILOPOR na área urbana da Trafaria.

C.1.1 – C.1.2
C.1.3 – C.1.4
C.1.5 - C.2.1
C.2.2 - C.2.3
C.2.4 - C.2.5
C.2.6 – C.3.2
C.3.3. – C.3.4
D.1.1 –D.1.2
D.1.3 – D.1.4
D.1.5 – D.1.6.
D.2.1
D.2.2 – D.3.1
D.3.2 – D.4.1

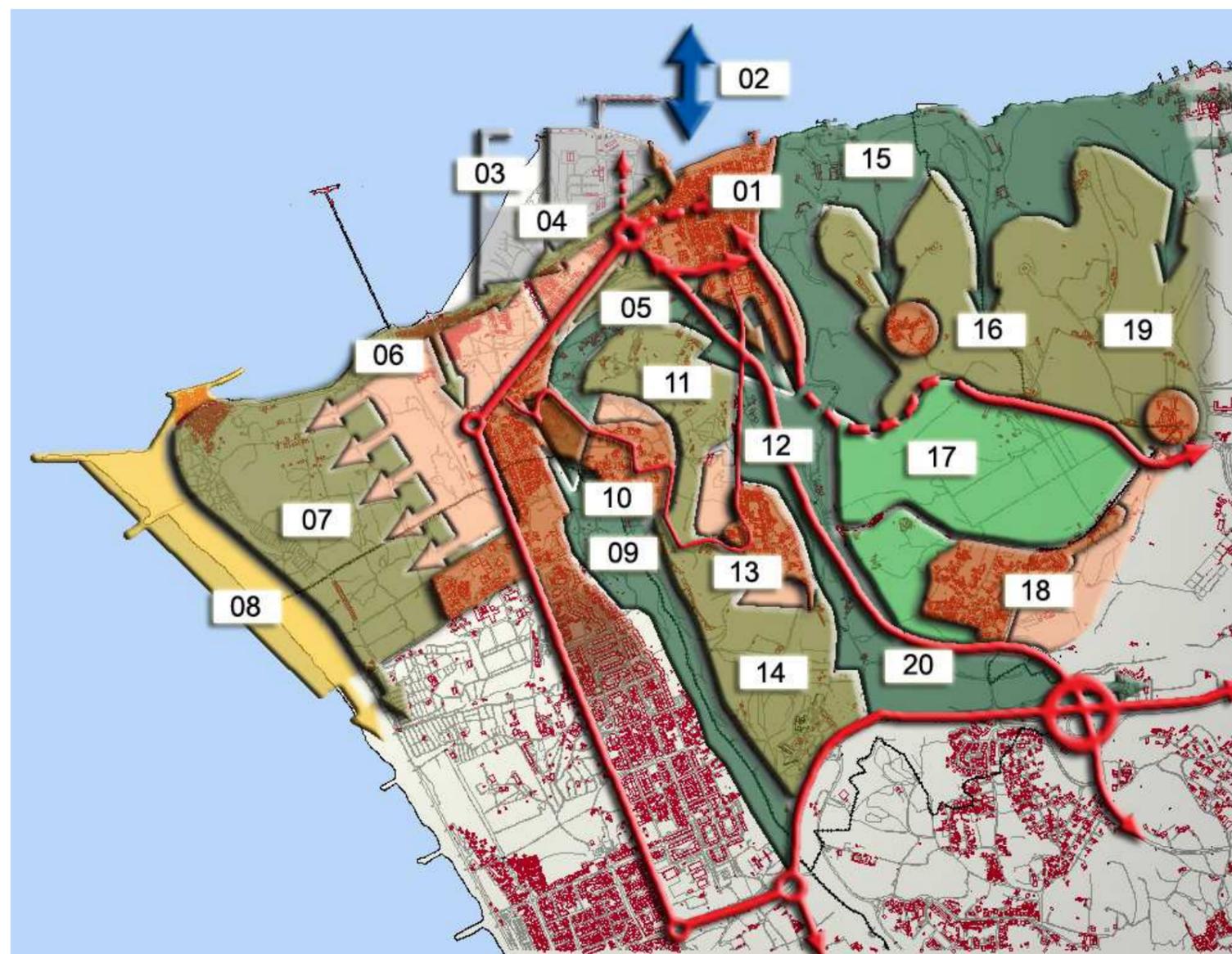
6.2. Desenho Urbano

Investir no desenho urbano como instrumento fundamental de qualificação do espaço público, integrando sistemas ambientais.

- Estabelecer directivas para o desenho urbano redefinindo o espaço público e salvaguardando áreas para espaços verdes, estacionamento e equipamentos colectivos.

VISÃO ESTRATÉGICA – CURTO PRAZO

- 1 Ordenamento da expansão sul e reabilitação do núcleo histórico da Trafaria.
- 2 Relocalização do terminal fluvial.
- 3 Relocalização das instalações do porto de pesca.
- 4 Ordenamento da expansão da Trafaria – Reconversão da frente ribeirinha, reestruturação do Bairro Madame Faber.
- 5 Ordenamento da expansão da Trafaria – Frente urbana da Av. Afonso de Albuquerque, parque urbano das Abas da Raposeira.
- 6 Concretização de uma nova frente urbana ao longo da Av. Atlântica.
- 7 Reordenamento da Mata de S. João, afectação ao uso público em articulação com a frente urbana.
- 8 Salvaguarda da praia e do sistema dunar.
- 9 Extensão da Área de Paisagem protegida ao longo da Arriba fóssil atlântica.
- 10 Reordenamento do Pica Galo assegurando continuidade do sistema de protecção das Arribas.
- 11 Estudo integrado da plataforma da Raposeira / Alpena enquadrando as instalações militares.
- 12 Concretização do IC32.
- 13 Ordenamento da Corvina integrando as AUGIS.
- 14 Integração das antigas piscinas na zona de desenvolvimento turístico da plataforma Alpena / Raposeira.
- 15 Criação de uma área de paisagem protegida municipal ao longo da frente ribeirinha
- 16 Promover a reabilitação do centro histórico de Murfacém.
- 17 Rectificação do traçado da EN 377.
- 18 Ordenamento de Pêra em articulação com o Monte da Caparica.
- 19 Promover o desenvolvimento de empreendimentos turísticos de baixa densidade na plataforma de Murfacém / Covas.
- 20 Estabelecer regulamentação para a área de protecção da Ribeira da Enxurrada.



VISÃO ESTRATÉGICA – MÉDIO / LONGO PRAZO

- 21 Consolidação da expansão sul da Trafaria e concretização de um pólo de equipamentos desportivos.
- 22 Expansão da Trafaria no aterro após desafecção da SILOPOR.
- 23 Consolidação do pólo urbano de S. João.
- 24 Desafecção do terminal POL Nato e utilização do pontão para actividades de lazer e desportos náuticos.
- 25 Salvaguarda de corredor para eventual travessia do Tejo (túnel / ponte).
- 26 Consolidação de um sistema contínuo de áreas de protecção da Arriba / vale da Ribeira da Enxurrada.
- 27 Ordenamento para sul da expansão urbana de Corvina.
- 28 Consolidação de uma área turística / comercial associada ao MST.
- 29 Possível localização da praça de portagem da futura travessia do Tejo.
- 30 Ordenamento da expansão urbana de Pêra.
- 31 Ordenamento da expansão urbana de Murfacém em articulação com a zona de desenvolvimento turístico.
- 32 Consolidação da área de paisagem protegida de âmbito municipal ao longo da margem do Tejo.
- 33 Corredor do MST Trafaria / Monte da Caparica.



4 | ACÇÕES A IMPLEMENTAR

Os cenários referem acções cuja implementação é fundamental para assegurar a sua concretização.

As acções pretendem desenhar um quadro operacional de intervenção e foram estruturadas em quatro grandes grupos, em função dos principais sistemas determinantes para a visão integrada do território:

A – Salvaguarda dos Valores Naturais/Preservação dos Valores Ambientais

B – Desenvolvimento Sócio-Económico

C – Mobilidade

D – Planeamento e Ordenamento Urbano

4.1 | MATRIZ DE ACÇÕES

Genericamente, as acções não obedecem forçosamente a uma hierarquia cronológica sequencial.

Estrutura mais detalhada do quadro das acções e a sua caracterização individualizada:

A. Salvaguarda dos Valores Naturais/Preservação dos Valores Ambientais

A.1. Planos de Salvaguarda:

- ◀ A.1.1. Plano de Salvaguarda da Arriba Atlântica (Arriba Fóssil).
- ◀ A.1.2. Plano da Paisagem Protegida da Arriba do Tejo.
- ◀ A.1.3. Plano de Salvaguarda da Ribeira da Enxurrada.
- ◀ A.1.4. Plano de Implementação de uma Rede de Corredores Verdes.
- ◀ A.1.5. Plano de Ordenamento Ambiental da Frente Atlântica.

A.2. Medidas de acompanhamento e controlo da qualidade do ar:

- ◀ A.2.1. Monitorização regular da qualidade do ar atmosférico e sua divulgação à população.
- ◀ A.2.2. Estudo do impacto das emissões de partículas na saúde da população local.

A.3. Medidas de acompanhamento e controlo do ruído:

- ◀ A.3.1. Monitorização regular da qualidade do ambiente sonoro e sua divulgação à população.
- ◀ A.3.2. Medições ocasionais com base em queixas da população e divulgação dos resultados.

B. Desenvolvimento Sócio-económico**B.1. Património cultural:**

- ◀ B.1.1. Musealização do legado histórico-patrimonial das artes e tradições piscatórias na Trafaria.
- ◀ B.1.2. Recuperação da Igreja Antiga da Trafaria.
- ◀ B.1.3. Integração da Torre do Bugio em circuitos turísticos.
- ◀ B.1.4. Recuperação dos Círios de Nossa Senhora do Cabo.
- ◀ B.1.5. Promoção e valorização da gastronomia típica da Trafaria.

B.2. Dinâmica Social:

- ◀ B.2.1. Projecto integrado de qualificação sócio-urbanística para a frente ribeirinha poente do concelho de Almada.
- ◀ B.2.2. Criação de novas instalações para a extensão do centro de saúde na previsão de um aumento populacional significativo
- ◀ B.2.3. Intervenções qualificadoras da rede de equipamentos desportivos.
- ◀ B.2.4. Criação de um Centro de Desportos Náuticos.
- ◀ B.2.5. Criação de um Centro Cívico e Cultural.
- ◀ B.2.6. Criação de um Posto de Turismo.

B.3. Actividade económica – Pescas:

- ◀ B.3.1. Potenciar a fixação na Trafaria de actividades inseridas na cadeia de valor da pesca.
- ◀ B.3.2. Novas Instalações da Lota

B.4. Actividade económica – Turismo:

- ◀ B.4.1. Complexo de Formação Turística do Forte da Trafaria.
- ◀ B.4.2. Parque Urbano da Mata da Trafaria.

- ◀ B.4.3. Criação de percurso marginal e ribeirinho.

C. Mobilidade

C.1. Acessibilidades a nível regional:

- ◀ C.1.1. Concretização da construção do IC32 (CRIPS) entre Trafaria e Pêra (IC20).
- ◀ C.1.2. Melhoria das acessibilidades ao terminal portuário.
- ◀ C.1.3. Travessia Algés-Trafaria (não considerada prioritária pela CM Almada).
- ◀ C.1.4. Estudo com vista à melhoria das ligações fluviais.
- ◀ C.1.5. Rectificação/Correcção do traçado da EN377-1 entre a Trafaria e Costas de Cão.

C.2. Acessibilidades a nível local:

- ◀ C.2.1. Intervenção na Av. Afonso de Albuquerque/Av. Atlântica.
- ◀ C.2.2. Correcção dos traçados e melhoria das ligações rodoviárias entre a Trafaria e Corvina/Raposeira.
- ◀ C.2.3. Disciplinar o estacionamento de apoio às praias.
- ◀ C.2.4. Reformulação dos acessos à zona de praias.
- ◀ C.2.5. Desenvolvimento da rede de percursos cicláveis.
- ◀ C.2.6. Melhoria das ligações transversais entre Pêra e Corvina.

C.3. Transporte:

- ◀ C.3.1. Estudo de integração tarifária do TP.
- ◀ C.3.2. Integração de Pêra na rede de transportes colectivos.
- ◀ C.3.3. Relocalização do terminal rodo-fluvial da Trafaria.
- ◀ C.3.4. Ligação da Trafaria ao MST.

D - Planeamento e Ordenamento Urbano

D.1. Ordenamento da Trafaria:

- ◀ D.1.1. Plano de Ordenamento da expansão sul da Trafaria
- ◀ D.1.2. Plano de Pormenor do Torrão.
- ◀ D.1.3. Plano de Pormenor das Abas da Raposeira.
- ◀ D.1.4. Plano de Pormenor de S. João/Trafaria.
- ◀ D.1.5. Plano de Pormenor para ampliação e reconversão do aterro do Torrão.

- ◀ D.1.6. Consolidação dos estudos elaborados pelos serviços municipais relativos ao centro histórico da Trafaria

D.2. Ordenamento da Plataforma da Corvina:

- ◀ D.2.1. Estudo de Ordenamento da Plataforma Raposeira / Corvina.

D.3. Ordenamento da Plataforma de Murfacém:

- ◀ D.3.1. Estudo de ordenamento do núcleo urbano de Pêra.
- ◀ D.3.2. Estudo de ordenamento da Plataforma de Murfacém / Cova.
- ◀ D.3.3. Execução da rede de saneamento na zona de Murfacém e Covas

D.4. Urbanismo participado:

- ◀ D.4.1. Dinamizar o urbanismo participado.

Código de Acção: **A.1.1.**

Sector / Domínio de Intervenção:

**SALVAGUARDA DOS VALORES NATURAIS /
PRESERVAÇÃO DOS VALORES AMBIENTAIS**

Acção / Projecto a Desenvolver:

Plano de Salvaguarda da Arriba Atlântica (Arriba Fóssil)**Descrição:**

A Arriba Fóssil da Costa da Caparica constitui um elemento geomorfológico marcante em todo o território. Devido à sua localização e altitude, a “Arriba Atlântica” é, por excelência, um miradouro natural que proporciona a admiração da diversidade e riqueza paisagística local e regional. Da sua crista avistam-se: a Serra de Sintra, os concelhos de Cascais, Oeiras e Lisboa, toda a planície litoral entre a Trafaria até à Lagoa de Albufeira, Cabo Espichel e grande parte do interior do concelho de Almada.

Devido às suas características geomorfológicas, nomeadamente litológicas, a Arriba Fóssil, tem evidenciado alguma instabilidade, com episódios frequentes de deslizamentos, desabamentos e queda de blocos, colocando em risco vidas humanas e causando elevados prejuízos materiais.

Tendo em consideração o exposto, é necessário elaborar um plano de salvaguarda que promova a usufruição da diversidade e riqueza paisagista e que, ao mesmo tempo, delimite as áreas de risco biofísico.

Objectivos de curto e médio prazo:

- o Definição da área de protecção e medidas de salvaguarda;
- o Compatibilização com os planos de hierarquia superior e os planos de pormenor;
- o Contribuição para a implementação da Estrutura Ecológica;
- o Fruição do espaço público;
- o Valorização paisagística;
- o Protecção de bens e pessoas;
- o Fomento da qualidade de vida da população local.

Incidência Territorial:

Local / Regional

Código de Acção: **A.1.2.**

Sector / Domínio de Intervenção:

**SALVAGUARDA DOS VALORES NATURAIS /
PRESERVAÇÃO DOS VALORES AMBIENTAIS**

Acção / Projecto a Desenvolver:

Plano da Paisagem Protegida da Arriba do Tejo**Descrição:**

Este território, de grande sensibilidade pelas suas características geomorfológicas e paisagísticas, começa a sofrer efeitos de uma pressão urbana e de alguma degradação dos sistemas naturais e culturais que o compõem. A “Arriba do Tejo” corresponde a um sistema de arribas sobranceiras ao estuário do Tejo, estendendo-se desde a Trafaria até Olho de Boi. Erguendo-se abruptamente em desnível da ordem dos 60 m, constitui espectacular pano de fundo, vista de Lisboa, ou um espectacular sistema de vistas para a margem norte do Tejo. Possui um interessante conjunto de aspectos geológicos, geomorfológicos, não só do ponto de vista estritamente científico como também pela sua beleza paisagística, que importa preservar.

Nas áreas circundantes à Arriba distribuem-se outros valores culturais, nomeadamente vestígios de uma organização territorial marcadamente agrícola, de onde se destaca a compartimentação em muros e sebes vivas e algumas quintas e respectivas casas, entre outros elementos patrimoniais cuja salvaguarda se torna indispensável, já que uma excessiva e desregrada utilização poderá levar à sua perda. Salienta-se o facto de grande parte da área estar sujeita a fenómenos causadores de risco, nomeadamente desabamentos e deslizamentos de vertentes.

Objectivos de curto e médio prazo:

- o A criação de uma área protegida de âmbito municipal com o objectivo de salvaguarda dos valores naturais, culturais e paisagísticos existentes;
- o A conservação e valorização do património arquitectónico, levando a efeito a recuperação dos edifícios que sejam considerados de interesse, assim como das fortificações existentes, caminhos antigos, etc.;
- o A protecção à natureza, desenvolvendo acções tendentes à salvaguarda da flora autóctone, da fauna e dos aspectos geológicos com interesse científico e paisagístico;
- o Disciplinar e promover o uso sustentável de forma que a paisagem protegida possa ser apreciada e visitada sem que daí advenham riscos de degradação ambiental e paisagística;
- o Contribuição para a implementação da Estrutura Ecológica;
- o Protecção de bens e pessoas;
- o Fomento da qualidade de vida da população local.

Incidência Territorial:

Local e regional

Código de Acção: **A.1.3.**

Sector / Domínio de Intervenção:

**SALVAGUARDA DOS VALORES NATURAIS /
PRESERVAÇÃO DOS VALORES AMBIENTAIS**

Acção / Projecto a Desenvolver:

Plano da Salvaguarda da Ribeira da Enxurrada**Descrição:**

A Ribeira da Enxurrada é o último afluente da margem esquerda do Tejo, drena uma área de cerca de 505 hectares incluindo várias linhas de água subsidiárias. É uma linha de água que apresenta caudais importantes na época das chuvas, após precipitações elevadas, mas que se tornam ausentes durante o Verão, ou então muito reduzidos. Atendendo à elevada permeabilidade dos terrenos aluvionares onde se desenvolve, é muito provável que a Ribeira da Enxurrada constitua uma importante fonte de recarga do aquífero subjacente.

Actualmente a área encontra-se em “degradação” ambiental. A falta de ordenamento tem originado: abandono de algumas áreas, degradação dos habitats ribeirinhos, erosão das suas margens, deposição clandestina de lixos e entulhos e degradação das matas adjacentes.

Porque é prioritária a execução da travessia do vale pelo IC32, o Plano de Salvaguarda deve desde já ter em conta a concretização deste objectivo estratégico ficando subordinado às condicionantes do traçado.

Objectivos de curto e médio prazo:

- o Limpeza e requalificação do sistema fluvial. Regularização e limpeza das linhas de água numa óptica integrada, respeitando os padrões de escoamento natural em que a presença da vegetação contribua para a efectiva estabilização das margens;
- o Recuperação dos habitats ribeirinhos, galerias ripícolas e matas adjacentes e promoção do valor biológico e cénico da Ribeira;
- o Restabelecimento das principais funções da Ribeira da Enxurrada: a) função hidráulica (fomentar a infiltração e as condições de escoamento adequadas e o controle de cheias), b) função biofísica (filtro biológico de nutrientes e poluentes; retenção de sedimentos, estabilização das margens, conservação dos habitats e regulação biofísica do meio), c) função paisagística e d) função económica;
- o Fomento do usufruto da bacia hidrográfica e delimitação de áreas destinadas a estruturas de apoio ao desenvolvimento de actividades de recreio e lazer, integrando o futuro parque urbano;
- o Integração ambiental e paisagística dos novos traçados viários (definição dos canais de acessibilidade articulados com as condicionantes ambientais);
- o Integração ambiental e paisagística da bacia de retenção a Sul da Trafaria;
- o Delimitação de percursos não motorizados, de cariz interpretativo;
- o Contribuição para a defesa e promoção da Estrutura Ecológica;
- o Fomento da qualidade de vida da população local.

Incidência Territorial:

Local

Código de Acção: **A.1.4.**

Sector / Domínio de Intervenção:

**SALVAGUARDA DOS VALORES NATURAIS /
PRESERVAÇÃO DOS VALORES AMBIENTAIS**

Acção / Projecto a Desenvolver:

Plano de Implementação de uma Rede de Corredores Verdes**Descrição:**

Delimitação e implementação de uma rede de Corredores Verdes com base na Estrutura Ecológica identificada.

A rede de corredores verdes adoptada terá fundamentalmente uma função ecológica e uma função social. Privilegiará a multiplicidade de usos, desde o “espaço aberto linear” aos espaços vocacionados para o recreio ou para a conservação. Será uma estrutura planeada e desenhada que englobará áreas protegidas, preservadas ou geridas com objectivos ecológicos, estéticos, culturais, históricos e recreativos, nos quais se pretende proteger especialmente as áreas ecologicamente frágeis ao longo da Ribeira da Enxurrada, do Litoral (Atlântico e Estuarino) e das Arribas. Privilegiará igualmente a circulação não motorizada.

Objectivos de curto e médio prazo:

- o Criação de uma rede polivalente que compatibilize territórios de protecção, produção e recreio;
- o Criação de uma rede de espaços protegidos de promoção e salvaguarda dos valores ambientais, patrimoniais e culturais;
- o Delimitação de percursos pedestres e cicláveis, com a recuperação e requalificação dos antigos caminhos rurais e aproveitamento do excelente sistema de vistas existente, incluindo percursos de apoio a actividades desportivas “radicais”, de acordo com os programas municipais;
- o Delimitação de outros percursos temáticos: “Rotas”, “Trilhos”, etc., inspirados nas características do território. Ex. Percurso Ribeirinho que integre não só um espaço de passeio e contemplação (marginal) como todos os elementos patrimoniais ribeirinhos, desde o forte ao restaurante que promove a gastronomia local, etc.;
- o Contribuição para a defesa da Estrutura Ecológica.

Incidência Territorial:

Local

Código de Acção: **A.1.5.**

Sector / Domínio de Intervenção:

**SALVAGUARDA DOS VALORES NATURAIS /
PRESERVAÇÃO DOS VALORES AMBIENTAIS**

Acção / Projecto a Desenvolver:

Plano de Ordenamento Ambiental da Frente Atlântica**Descrição:**

Desde os anos 90 do século passado que o litoral oceânico revela uma menor resistência quer aos episódios de tempestade quer a episódios de marés vivas, o que evidencia um carácter marcadamente regressivo. Vários estudos revelam que os efeitos morfogenéticos dos recentes episódios de temporal indicam a elevada vulnerabilidade do sistema dunar frontal e das praias.

Trata-se de uma área muito sensível, fragilizada e ao mesmo tempo de elevada pressão antrópica. Torna-se assim evidente a necessidade de um plano de ordenamento ambiental que promova uma utilização sustentável de acordo com a capacidade de carga efectiva do sistema.

Objectivos de curto e médio prazo:

- o Promoção de medidas de protecção ao longo da frente atlântica e de monitorização da evolução do sistema litoral, nomeadamente a implementação de um sistema de monitorização de risco de galgamento oceânico e cheia;
- o Promoção de um programa de acompanhamento da implantação e eficácia do POOC-SS;
- o Reconstituição do areal e reparação das obras de defesa costeira;
- o Recuperação, reconstituição e ordenamento do cordão dunar frontal;
- o Recuperação do cordão dunar interior como reforço da protecção natural face à possível ruptura do cordão frontal;
- o Relocalização dos apoios de praia e adaptação para suporte a actividades desportivas de acordo com a capacidade de carga efectiva;
- o Avaliação do sistema de valas de drenagem;
- o Reconversão progressiva do acacial por espécies endémicas;
- o Ordenamento dos percursos de acesso ao areal;
- o Garantia de implementação e salvaguarda da estrutura ecológica adoptada.

Incidência Territorial:

Local

Código de Acção: **A.2.1.**

Sector / Domínio de Intervenção:

**SALVAGUARDA DOS VALORES NATURAIS/
PRESERVAÇÃO DOS VALORES AMBIENTAIS**

Acção / Projecto a Desenvolver:

Monitorização regular da qualidade do ar atmosférico e sua divulgação à população**Descrição:**

Dada a influência das actividades resultantes da SILOPOR na qualidade do ar local, esta acção prevê a realização de campanhas de medição dilatadas no tempo e realizadas regularmente (nos períodos de Verão e Inverno).

Deverá avaliar-se o impacto da emissão de partículas resultante das actividades da SILOPOR bem como as emissões de poluentes associados ao tráfego rodoviário (neste caso, de veículos pesados) - monóxido de carbono (CO) e óxido de azoto (NO), dióxido de azoto (NO₂) e óxidos de azoto (NO_x). As medições deverão ser planeadas de acordo com o movimento de navios do porto da SILOPOR.

Os resultados da monitorização deverão ser realizados pelas entidades competentes e deverão ser divulgados á população pelos canais de comunicação adequados (boletim municipal, painéis electrónicos, página de Internet, Junta de Freguesia, rádios locais, etc).

Objectivos de curto e médio prazo:

- o Avaliar detalhada e regularmente o impacto das actividades da SILOPOR e do associado tráfego de veículos pesados na qualidade do ar local;
- o Identificar situações de excedências aos valores-limite legais;
- o Introduzir medidas preventivas e correctivas relativamente às fontes geradoras de emissões.

Incidência Territorial:

Local/Municipal

Código de Acção: **A.2.2.**

Sector / Domínio de Intervenção:

**SALVAGUARDA DOS VALORES NATURAIS/
PRESERVAÇÃO DOS VALORES AMBIENTAIS**

Acção / Projecto a Desenvolver:

Estudo do impacto das emissões de partículas na saúde da população local**Descrição:**

A emissão de partículas poderá ter impactos gravosos ao nível da saúde humana.

Dado o impacto que estas emissões de partículas poderão ter na saúde da população local, sugere-se a realização de um estudo epidemiológico e medição do potencial alergénico das emissões de partículas, através da técnica ELISA INHIBITION.

Objectivos de curto e médio prazo:

- o Avaliação do impacto das emissões de partículas na saúde da população;
- o Implementação de medidas de controlo das emissões e eventual restrição às actividades da SILOPOR;
- o Melhoria das condições de saúde da população local.

Incidência Territorial:

Local

Código de Acção: **A.3.1.**

Sector / Domínio de Intervenção:

**SALVAGUARDA DOS VALORES NATURAIS/
PRESERVAÇÃO DOS VALORES AMBIENTAIS**

Acção / Projecto a Desenvolver:

Monitorização regular da qualidade do ambiente sonoro e sua divulgação à população**Descrição:**

Dada a influência das actividades da SILOPOR na qualidade do ambiente sonoro local, esta acção prevê a realização de medições regulares de ruído.

Os resultados da monitorização deverão ser realizados por entidades competentes e deverão ser divulgados à população pelos canais de comunicação adequados (boletim municipal, painéis electrónicos, página de Internet, Junta de Freguesia, rádios locais, etc).

Objectivos de curto e médio prazo:

- o Avaliar detalhada e regularmente o impacto das actividades da SILOPOR na qualidade do ambiente sonoro local;
- o Identificar situações de excedências aos valores-limite legais;
- o Introduzir medidas preventivas e correctivas relativamente às fontes geradoras de ruído.

Incidência Territorial:

Local

Código de Acção: **A.3.2**

Sector / Domínio de Intervenção:

**SALVAGUARDA DOS VALORES NATURAIS/
PRESERVAÇÃO DOS VALORES AMBIENTAIS**

Acção / Projecto a Desenvolver:

Medições ocasionais da qualidade do ambiente sonoro com base em queixas da população e divulgação dos resultados**Descrição:**

Dada a influência das actividades da SILOPOR na qualidade do ambiente sonoro local, esta acção prevê a criação e divulgação dos procedimentos e canais a activar aquando de situações de incomodidade de ruído verificadas pela população. Permite deste modo que, após a recepção das queixas, a entidade competente proceda à realização de medições e, caso se verifiquem as excedências aos valores-limite legais, accionar os mecanismos previstos por lei, encaminhando os resultados para a entidade licenciadora para posterior aplicação das sanções previstas.

Os resultados das medições ocasionais deverão também ser divulgados à população pelos canais de comunicação adequados (boletim municipal, painéis electrónicos, página de Internet, Junta de Freguesia, rádios locais, etc.).

Objectivos de curto e médio prazo:

- o Contribuir para uma maior informação da população local acerca dos seus direitos em matéria de ruído;
- o Identificar situações de excedências aos valores-limite legais e conseqüentemente de incumprimento da legislação;
- o Notificar as entidades competentes dos resultados e accionar mecanismos legais;
- o Introduzir medidas preventivas e correctivas relativamente às fontes geradoras de ruído.

Incidência Territorial:

Local

Código de Acção: **B.1.1.**

Sector / Domínio de Intervenção:

**DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÓMICO
PATRIMÓNIO CULTURAL**Acção / Projecto a Desenvolver: **Musealização do legado histórico-patrimonial das artes e tradições piscatórias da Trafaria****Descrição:**

Trata-se de preservar e recriar, através de um equipamento museológico, toda uma tradição local associada à pesca e transformação do pescado.

O espaço teria como linha de orientação demonstrações/exposições das artes da pesca (costeira, largo) e da conservação de pescado (salga, marinados, conservas), bem como exposições dos artefactos e aprestos tradicionais.

O núcleo museológico a criar permitiria visitar/conhecer as várias etapas dos processos produtivos de transformação do pescado. Esta acção poderia ainda suscitar a recuperação do edifício da antiga fábrica de conservas Progresso.

Ancorado no núcleo museológico, no perímetro do equipamento, localizar-se-ia um restaurante onde seriam recriados pratos de peixe tradicionais.

Objectivos de curto e médio prazo:

- o Dotar a Trafaria de um equipamento turístico-cultural, com projecção supra-concelhia, que dê visibilidade e projecte a ligação histórica da sua base económica à actividade piscatória e respectiva transformação;
- o Coligir e salvaguardar o acervo de memórias que retratem a ligação dos Trafarienses ao mar e ao rio;
- o Reforçar a centralidade da Trafaria, dotando-a de um equipamento de nível superior;
- o Contribuir para elevar o sentido de auto-estima e de pertença da população a este território e à sua história.

Incidência Territorial:

Municipal/Regional

Código de Acção: **B.1.2.**

Sector / Domínio de Intervenção:

**DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÓMICO
PATRIMÓNIO CULTURAL**

Acção / Projecto a Desenvolver:

Recuperação da Igreja Antiga da Trafaria**Descrição:**

A Igreja Antiga da Trafaria, construída no século XVIII, constitui um importante elemento no contexto do património edificado da Trafaria. Porém, este elemento arquitectónico encontra-se abandonado, regista um avançado estado de degradação e um uso pouco condizente com o seu valor patrimonial, o que em nada contribui para a sua salvaguarda. Como tal, importa proceder à sua recuperação, salvaguarda e usufruto colectivo.

Objectivos de curto e médio prazo:

- o Valorizar a componente patrimonial local;
- o Promover uma maior sensibilização para com o património local;
- o Promover a classificação deste imóvel de valor patrimonial não só local, como também concelhio;
- o Reforçar e diversificar a oferta cultural e turística local e concelhia;
- o Promover o desenvolvimento turístico com base na fruição do património cultural edificado.

Incidência Territorial:

Local/Regional.

Código de Acção: **B.1.3.**

Sector / Domínio de Intervenção:

**DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÓMICO
PATRIMÓNIO CULTURAL**Acção / Projecto a Desenvolver: **Integração da Torre do Bugio em circuitos turísticos**

Descrição:

A Torre de São Lourenço constitui um imóvel de elevado interesse arquitectónico, declarado Imóvel de Interesse Público, em 1957. A integração em roteiros turísticos afirma-se como uma via fundamental para assegurar a salvaguarda e valorização deste elemento arquitectónico e constitui uma mais valia para os circuitos turísticos, assim como para a imagem turística da Trafaria, dada a singularidade deste imóvel.

Objectivos de curto e médio prazo:

- o Assegurar a protecção deste imóvel;
- o Valorizar o património cultural edificado da Trafaria;
- o Promover a oferta turística local;
- o Valorizar a imagem da Trafaria e consolidá-la como uma referência cultural à escala regional.

Incidência Territorial:

Local/Municipal/Regional

Código de Acção: **B.1.4.**

Sector / Domínio de Intervenção:

**DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÓMICO
PATRIMÓNIO CULTURAL**Acção / Projecto a Desenvolver: **Recuperação dos Círios de Nossa Senhora do Cabo****Descrição:**

Os Círios de Nossa Senhora do Cabo constituem uma das mais ancestrais festividades de cariz religioso e popular deste território, encontrando-se estreitamente relacionada com o longo passado piscatório que caracteriza esta população. Deste modo, os Círios de Nossa Senhora do Cabo apresentam-se como um importante traço do património etnográfico da Trafaria e, como tal, um aspecto que importa recuperar e salvaguardar.

Objectivos de curto e médio prazos:

- o Salvar as reminiscências das memórias etnográficas;
- o Promover e divulgar a imagem da Trafaria enquanto lugar de tradições locais no contexto regional;
- o Suscitar o interesse e a participação das gerações mais novas pela história local;
- o Promover as actividades económicas, nomeadamente a turística e a da restauração;
- o Criar um evento religioso-festivo com projecção supra-concelhia.

Incidência Territorial:

Local/Municipal/Regional

Código de Acção: **B.1.5.**

Sector / Domínio de Intervenção:

**DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÓMICO
PATRIMÓNIO CULTURAL**Acção / Projecto a Desenvolver: **Promoção e valorização da gastronomia típica da Trafaria****Descrição:**

A Trafaria é pautada por um importante património gastronómico ao nível dos pratos de peixes, mariscos e bivalves que, no decorrer dos últimos anos, tem sido negligenciado, conduzindo a uma desvalorização da gastronomia. Com vista à promoção dos pratos gastronómicos locais, importa encetar um conjunto de acções de salvaguarda e mobilizadoras, como por exemplo, a realização e promoção de um “Festival Gastronómico” e de uma “Mostra de Excelência Gastronómica”.

Objectivos de curto e médio prazo:

- o Divulgar os valores gastronómicos locais;
- o Promover a imagem da Trafaria associada a especialidades gastronómicas de peixe;
- o Estimular a qualificação da gastronomia local;
- o Promover a afirmação turístico-cultural da Trafaria no contexto regional.
- o Promover novas formas de comercialização dos produtos locais;
- o Promover a actividade económica local;

Incidência Territorial:

Local/Municipal/Regional

Código de Acção: **B.2.1.**

Sector / Domínio de Intervenção:

**DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÓMICO
DINÂMICA SOCIAL**

Acção / Projecto a Desenvolver:

Projecto integrado de qualificação sócio-urbanística para a frente ribeirinha poente do concelho de Almada**Descrição:**

Intervir, nos domínios social, urbanístico e no seu interface, sobre o território ribeirinho poente do concelho de Almada, através de abordagens multi-sectoriais, fazendo convergir projectos infraestruturais e imateriais, no sentido de aumentar os índices de bem-estar, de promover a coesão social, de cerzir o tecido urbano qualificando os espaços residenciais e públicos.

Objectivos de curto e médio prazo:

- o Acompanhar/complementar acções de realojamento na área de intervenção;
- o Melhorar o ambiente urbano com apetrechamento de equipamentos sociais, valorização de espaços públicos, recuperação do edificado;
- o Reforçar os factores indutores de sociabilidade e inclusão;
- o Contribuir para a prevenção de comportamentos desviantes (toxicodependência, delinquência,..);
- o Minimizar os factores/focos de potencial insegurança;
- o Dotar os aglomerados urbanos deste território de adequadas condições de vida;
- o Elevar os níveis de participação e cidadania;
- o Conferir a este território uma imagem qualificada e integrada.

Incidência Territorial:

Local

Código de Acção: **B.2.2.**

Sector / Domínio de Intervenção:

**DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÓMICO
DINÂMICA SOCIAL**

Acção / Projecto a Desenvolver:

Ampliação / construção de novas instalações para a extensão do centro de saúde.**Descrição:**

As actuais instalações da extensão do centro de saúde da Costa de Caparica apresentam um bom estado de conservação e encontram-se ajustadas à procura, permitindo assegurar com eficácia a prestação de cuidados de saúde primários à população. Todavia, num cenário hipotético de crescimento populacional na freguesia, este equipamento de saúde poderá manifestar algumas limitações, designadamente, uma incapacidade de resposta, quer em termos do número de recursos humanos, quer ao nível dos meios complementares de diagnóstico, quer ainda no que trata às próprias dimensões do espaço físico. Desse modo, será necessário efectuar alguns investimentos, o que se poderá traduzir na ampliação/renovação ou construção de novas instalações, às quais terá de se afectar um maior número de recursos humanos.

Se efectivamente se registar, a curto ou médio prazo, um importante acréscimo dos quantitativos populacionais que implique a ampliação/construção de novas instalações, será ainda fulcral que este inclua uma unidade de fisioterapia, de modo a assegurar cuidados de reabilitação física à população idosa com mobilidade condicionada, cuja tendência será para aumentar significativamente.

Objectivos de curto e médio prazo:

- o Melhorar a prestação de cuidados de saúde primários;
- o Diversificar a rede de equipamentos de saúde
- o Assegurar continuamente um equilíbrio entre a oferta e a procura de cuidados de saúde;

Incidência Territorial:

Local; Municipal

Código de Acção: **B.2.3.**

Sector / Domínio de Intervenção:

**DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÓMICO
DINÂMICA SOCIAL**Acção / Projecto a Desenvolver: **Intervenções qualificadoras da rede de equipamentos desportivos****Descrição:**

Numa lógica de valorização e promoção dos equipamentos desportivos, importa desenvolver projectos que reforcem a rede actual e qualifiquem os equipamentos existentes (apetrechamento, acessibilidade, utilização, polivalência, rentabilização, entre outros aspectos).

A realocização dos equipamentos desportivos constitui um aspecto essencial que se deverá traduzir numa concentração destes nas imediações do núcleo central da Trafaria com o objectivo de lhes conferir escala, potenciar sinergias e aumentar a sua centralidade.

Objectivos de curto e médio prazo:

- o Salvar e valorizar os equipamentos desportivos existentes;
- o Aumentar a polivalência dos equipamentos desportivos;
- o Diversificar a rede de equipamentos desportivos;
- o Atrair população de outras áreas do concelho para o desenvolvimento da prática desportiva.
- o Estimular a população à prática desportiva;

Incidência Territorial:

Local/Municipal.

Código de Acção: **B.2.4.**

Sector / Domínio de Intervenção:

**DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÓMICO
DINÂMICA SOCIAL**Acção / Projecto a Desenvolver: **Criação de um Centro de Desportos Náuticos****Descrição:**

A Costa da Trafaria é uma área de excelência para a prática de desportos náuticos. O seu litoral atlântico e estuarino proporcionam condições óptimas para a prática desportiva náutica ao longo de todo o ano. Surf, Windsurf, *BodyBoard*, *KiteSurf*, canoagem, são alguns dos desportos em franca expansão na área. São inúmeras as associações, empresas e escolas que reconhecem a vocação desportiva – lúdica ou competitiva - do território em questão.

A criação de um Centro de Desportos Náuticos vem assim colmatar uma carência ao nível da logística, informação e promoção destas actividades. Poderá criar e dinamizar um espaço para sediar associações desportivas sem fins lucrativos, escolas e empresas do sector.

Objectivos de curto e médio prazo:

- o Promoção de condições para a prática de desportos náuticos na frente atlântica e ribeirinha;
- o Promoção da Trafaria como pólo de excelência para o desporto náutico (marketing territorial);
- o Incentivo da prática desportiva náutica junto dos estabelecimentos de ensino;
- o Dinamização e apoio às Associações e pequenas empresas do ramo dos lazeres náuticos;
- o Apoio às escolas de *Surf*, *Bodyboard*, *Windsurf*, *KiteSurf*, etc;
- o Criação de um centro logístico de apoio às actividades náuticas;
- o Promoção e divulgação dos “produtos” turísticos de cariz desportivo;
- o Organização própria, ou em colaboração com outras entidades, de cursos, colóquios, encontros e feiras relacionadas com o desporto náutico.

Incidência Territorial:

Municipal/Regional

Código de Acção: **B.2.5.**

Sector / Domínio de Intervenção:

**DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÓMICO
DINÂMICA SOCIAL**Acção / Projecto a Desenvolver: **Criação de um Centro Cívico e Cultural**

Descrição:

Em virtude de se tratar de um território com história e valores culturais, a criação de um Centro Cívico e Cultural constitui um mecanismo de salvaguarda do património cultural e de divulgação desses valores e poderá ainda proporcionar um espaço para sediar associações culturais e recreativas desprovidas de instalações próprias.

Objectivos de curto e médio prazo:

- o Salvar o património cultural local;
- o Promover a inventariação dos valores patrimoniais locais;
- o Divulgar os valores culturais e turísticos locais;
- o Valorizar e promover as associações culturais locais;
- o Apoiar o movimento associativo local;
- o Divulgar e promover o património cultural local

Incidência Territorial:

Local/Regional

Código de Acção: **B.2.6.**

Sector / Domínio de Intervenção:

**DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÓMICO
DINÂMICA SOCIAL**

Acção / Projecto a Desenvolver:

Criação de um Posto de Turismo**Descrição:**

Criação de um posto de turismo com a finalidade de prestação de um conjunto de informações aos turistas / visitantes, nomeadamente sobre locais de interesse turístico, restauração, transportes e serviços complementares.

Objectivos de curto e médio prazo:

- o Divulgar o potencial turístico da Trafaria;
- o Monitorizar dinâmicas turísticas da Trafaria;
- o Orientar a potencial procura turística, em diferentes níveis;
- o Dar visibilidade a Trafaria em mercados de procura turística interna e externa;
- o Promover o património cultural do concelho;

Incidência Territorial:

Local/Regional

Código de Acção: **B.3.1.**

Sector / Domínio de Intervenção:

**DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÓMICO
ACTIVIDADE ECONÓMICA - PESCAS**Acção / Projecto a Desenvolver: **Potenciar a fixação na Trafaria de actividades inseridas na cadeia de valor da pesca****Descrição:**

Trata-se de capitalizar, em termos de atracção de novo investimento, o potencial associado à realocização do porto de pesca da Trafaria, com acrescidas condições infra-estruturais, capacidade de acolhimento de embarcações e equipamentos/serviços portuários (venda, frio, combustível, arrumações para aprestos, depuradora de amêijoas), assim como de espaço disponível para implantação de actividades económicas posicionadas a montante e a jusante da captura.

Objectivos de curto e médio prazo:

- o Aumentar o número de equipamentos/recursos turísticos disponíveis;
- o Fomentar e revitalizar actividades com tradição no território;
- o Aproveitar tradições e *Know-how* local;
- o Reforçar a empregabilidade;
- o Dinamizar a actividade económica;
- o Afirmar a Trafaria como relevante pólo de pesca da AML;
- o Repercutir a presença do porto de pesca no desenvolvimento de actividades conexas (ex: gastronomia).

Incidência Territorial:

Local/Municipal

Código de Acção: **B.3.2.**

Sector / Domínio de Intervenção:

**DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÓMICO
ACTIVIDADE ECONÓMICA - PESCAS**

Acção / Projecto a Desenvolver:

Novas instalações da lota

Descrição:

O apoio à actividade das pescas pressupõe adequadas condições de recepção, controle e fiscalização do pescado.

O encerramento da DOCAPESCA de Pedrouços colocou novas exigências e criou naturais expectativas na comunidade local.

Objectivos de curto e médio prazo:

- o Construção de instalações adequadas às necessidades imediatas
- o Construção de novas instalações integradas no novo porto de pesca

Incidência Territorial:

Local

Código de Acção: **B.4.1.**

Sector / Domínio de Intervenção:

**DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÓMICO
ACTIVIDADE ECONÓMICA – TURISMO**Acção / Projecto a Desenvolver: **Complexo de Formação Turística do Forte da Trafaria****Descrição:**

Este Complexo constitui uma aposta importante na formação de recursos humanos de nível intermédio e superior para o Sector do Turismo, Hotelaria e Restauração. Trata-se da instalação de um pólo da Escola Profissional de Hotelaria e Turismo de Lisboa (EPHTL), com o intuito de formar e aperfeiçoar os profissionais das actividades turísticas, procurando, simultaneamente, dar uma resposta adequada às novas solicitações do sistema de ensino e de formação profissional. Aqui seriam prestados dois tipos de formação: inicial e contínua.

No complexo estaria ainda sediado um estabelecimento de ensino profissional do ramo alimentar que desenvolveria acções de aprendizagem e qualificação destinadas a desempregados ou jovens à procura do primeiro emprego.

Objectivos de curto e médio prazo:

- o Proporcionar aos jovens alternativas profissionalizantes;
- o Apostar na formação de recursos humanos de nível intermédio para actividades económicas de grande relevância concelhia e regional;
- o Implementar no concelho um equipamento de ensino de nível superior;
- o Melhorar a qualificação dos recursos humanos do concelho e da AML;
- o Providenciar mão de obra especializada e qualificada para um sector que se pretende ver desenvolvido no Concelho.

Incidência Territorial:

Municipal/Regional

Código de Acção: **B.4.2.**

Sector / Domínio de Intervenção:

**DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÓMICO
ACTIVIDADE ECONÓMICA – TURISMO**

Acção / Projecto a Desenvolver:

Parque Urbano da Mata da Trafaria

Descrição:

Este parque constituiria uma área de recreio e lazer e de prática desportiva para residentes na freguesia. O Projecto contemplaria a criação de percursos pedonais, percursos para bicicleta, a instalação de mobiliário urbano diverso e a dotação de equipamentos de apoio, como espaço de merendas, restauração, esplanadas.

Objectivos de curto e médio prazo:

- o Valorização paisagística e ambiental;
- o Recuperação de um espaço degradado;
- o Fruição dos espaços públicos;
- o Melhoria de qualidade de vida no aglomerado da Trafaria.

Incidência Territorial:

Local

Código de Acção: **B.4.3.**

Sector / Domínio de Intervenção:

**DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÓMICO
ACTIVIDADE ECONÓMICA – TURISMO**Acção / Projecto a Desenvolver: **Criação de Percurso Marginal e Ribeirinho****Descrição:**

Dada a enorme riqueza paisagística e diversidade ambiental deste território, importa criar um conjunto de circuitos que possam ser realizados recorrendo a outros meios de transporte que não o automóvel. A criação de um percurso marginal e ribeirinho (trilhos pedonais, de bicicleta ou a cavalo) permitirá ligar, numa fase inicial, os aglomerados de Costa da Caparica, Cova do Vapor e Trafaria, junto ao mar e junto ao rio.

Objectivos de curto e médio prazo:

- o Alargar a oferta de lazer;
- o Valorizar a dimensão ambiental, paisagística e recreativa desse território;
- o Promover a implementação de intervenções de valorização paisagística e de identificação de espaços, geradores de sinergias e complementaridades;
- o Desenvolver hábitos de usufruto da frente ribeirinha através de actividades lúdicas/desportivas.

Incidência Territorial:

Local/Municipal

Código de Acção: **C.1.1.**

Sector / Domínio de Intervenção:

**MOBILIDADE
ACESSIBILIDADES A NÍVEL REGIONAL**Acção / Projecto a Desenvolver: **Concretização da construção do IC32 (CRIPS) entre Trafaria e Pêra (IC20)****Descrição:**

A CRIPS criará um anel viário na Península de Setúbal, estabelecendo a ligação entre a Trafaria e o Montijo (IP1), o que permitirá estabelecer a ligação à Ponte Vasco da Gama, e irá reforçar as relações entre os municípios do Arco Ribeirinho. No entanto, apesar desta via estar há bastante tempo prevista, alguns troços continuam por construir, nomeadamente o troço norte – Trafaria-Pêra.

Objectivos de curto e médio prazo:

- o Segregação de veículos pesados, os quais acedem diariamente ao Terminal da Trafaria e às zonas industriais mais próximas, do tráfego local;
- o Forte influência sobre a requalificação urbana do eixo Trafaria-Costa da Caparica;
- o “Bypass” à Costa da Caparica – Desvio do tráfego de atravessamento da área urbana, facilitando o acesso à parte norte da frente atlântica de praias e às novas utilizações potenciais na plataforma superior da Arriba Fóssil;
- o Redução dos índices de sinistralidade.

Incidência Territorial:

Regional

Código de Acção: **C.1.2.**

Sector / Domínio de Intervenção:

**MOBILIDADE
ACESSIBILIDADES A NÍVEL REGIONAL**

Acção / Projecto a Desenvolver: **Melhoria das acessibilidades ao terminal portuário**

Descrição:

A SILOPOR tem-se revelado como o principal gerador de tráfego de pesados da zona de estudo. No entanto, as condições de acessibilidade existentes não são as adequadas aos volumes e tipos de tráfego registados, revelando-se, deste modo, necessário proceder a uma melhoria das acessibilidades ao terminal portuário, o que deverá ser feito no âmbito da construção do IC32.

Objectivos de curto e médio prazo:

- o Melhoria das condições de segurança da circulação;
- o Aumento da eficiência da operação do terminal.

Incidência Territorial:

Regional

Código de Acção: **C.1.3.**

Sector / Domínio de Intervenção:

MOBILIDADE**ACESSIBILIDADES A NÍVEL REGIONAL**Acção / Projecto a Desenvolver: **Travessia Algés -Trafaria****Descrição:**

A concretização da travessia Algés-Trafaria permite uma alternativa de ligação entre as duas margens do Tejo, potenciada, a norte, pelo IC17 (CRIL) e, a sul, pelo IC32 (CRIPS). É assim prudente, em matéria de ordenamento, garantir a reserva do respectivo corredor.

Contudo, a Assembleia Municipal de Almada, na sua sessão de 13 de Dezembro de 2004, pronunciando –se sobre as novas travessias do Tejo deliberou:

« 1) Quanto ao nível da Área Metropolitana de Lisboa e da Região de Setúbal considerar como primeira prioridade a construção de nova travessia do Tejo entre Lisboa e Barreiro que contemple também a ligação ferroviária norte-sul.

2) Quanto ao nível do Concelho de Almada considerar como primeira prioridade a construção de uma nova travessia do Tejo entre Lisboa e Almada (Cacilhas) em túnel destinado a ferrovia ligeira (metropolitano). »

Objectivos de curto e médio prazos:

- o Facilitar o atravessamento do rio pelos diferentes modos de TI e TC;
- o Melhorar a coesão territorial entre as duas margens.

Incidência Territorial:

Regional

Código de Acção: **C.1.4.**

Sector / Domínio de Intervenção:

MOBILIDADE**ACESSIBILIDADES A NÍVEL REGIONAL**Acção / Projecto a Desenvolver: **Estudo com vista à melhoria das ligações fluviais****Descrição:**

A ligação fluvial Trafaria-Belém apresenta, actualmente, valores de procura muito baixos, mesmo no período de Verão. Com vista à inversão desta situação, importa realizar um estudo que analise, nomeadamente, uma possível diversificação de:

- o carreiras/destinos do transporte fluvial na margem Norte;
- o tipos de serviço (passageiros, bicicletas, transporte de veículos por *ferryboat*).

Este estudo deverá levar em consideração as operações de requalificação urbana na sequência da realização dos Planos de Pormenor na zona da EEE e projectos estruturantes em curso na margem Norte.

Objectivos de curto e médio prazo:

- o Aumentar a procura do modo de transporte fluvial;
- o Contrariar a progressiva transferência das deslocações para o modo TI;
- o Potenciar o modo de transporte fluvial como alternativa às deslocações pendulares e sazonais em TI;
- o Aumentar a quota de deslocações realizadas em TC.

Incidência Territorial:

Local/Regional

Código de Acção: **C.1.5.**

Sector / Domínio de Intervenção:

**MOBILIDADE
ACESSIBILIDADES A NÍVEL REGIONAL**Acção / Projecto a Desenvolver: **Rectificação/Correcção do traçado da EN377-1 entre a Trafaria e Costas de Cão.**

Descrição:

Esta via desempenha um papel importante nas acessibilidades concelhias pois permite a ligação entre centros urbanos do concelho de Almada, assim como a ligação a grandes vias de acesso, quer a Lisboa quer a Sul. Trata-se igualmente de uma via fundamental para o trânsito local e que assegura a ligação entre Trafaria e Caparica. Considerando os inúmeros acidentes que ocorrem com frequência, devido, nomeadamente, a uma deficiente implantação da via, afigura-se necessário a realização de um projecto de rectificação/correcção do traçado, sem prejuízo da prioridade a dar à construção do IC32 (acção C.1.1.).

Objectivos de curto e médio prazo:

- o Melhorar as condições de segurança da circulação;
- o Melhorar as ligações rodoviárias entre a Trafaria e Costas de Cão;
- o Facilitar o serviço do TC rodoviário;
- o Contribuir para uma maior coesão da rede urbana.

Incidência Territorial:

Local/Municipal

Código de Acção: **C.2.1.**

Sector / Domínio de Intervenção:

**MOBILIDADE
ACESSIBILIDADES A NÍVEL LOCAL**Acção / Projecto a Desenvolver: **Intervenção na Av. Afonso de Albuquerque/Av. Atlântica**

Descrição:

Apesar desta via ter sido, recentemente, objecto de alguns projectos de intervenção, continuam a verificar-se frequentes acidentes em algumas intersecções, constituindo o entroncamento com a via de acesso à SILOPOR, provavelmente, o caso mais gravoso. Como tal, estas situações têm que ser revistas, justificando-se a realização de um projecto de intervenção na Av. Afonso de Albuquerque, o qual deverá, igualmente, visar a valorização paisagística desta avenida.

Objectivos de curto e médio prazo:

- o Melhoria das condições de segurança da circulação;
- o Revisão do desenho das intersecções mais problemáticas;
- o Valorização paisagística da avenida.

Incidência Territorial:

Local

Código de Acção: **C.2.2.**

Sector / Domínio de Intervenção:

**MOBILIDADE
ACESSIBILIDADES A NÍVEL LOCAL**Acção / Projecto a Desenvolver: **Correcção dos traçados e melhoria das ligações rodoviárias entre a Trafaria e Corvina/Raposeira.****Descrição:**

A existência de declives acentuados na zona de estudo torna difícil assegurar ligações rodoviárias de qualidade entre os aglomerados da Trafaria e Corvina/Raposeira. A configuração e inclinação das vias existentes dificulta mesmo o acesso do TC rodoviário. Assim, afigura-se necessário corrigir os traçados e melhorar a segurança, conforto e legibilidade das ligações rodoviárias entre estes aglomerados urbanos.

Objectivos de curto e médio prazo:

- o Melhorar as condições de segurança da circulação;
- o Contribuir para uma maior coesão da rede urbana.
- o Facilitar o serviço do TC rodoviário;

Incidência Territorial:

Local

Código de Acção: **C.2.3.**

Sector / Domínio de Intervenção:

MOBILIDADE

ACESSIBILIDADES A NÍVEL LOCAL

Acção / Projecto a Desenvolver: **Disciplinar o estacionamento de apoio às praias**

Descrição:

Consistindo a actividade balnear um dos maiores atractivos do território, e no âmbito de acções de recuperação e ordenamento do sistema dunar frontal, afigura-se necessário rever a situação dos estacionamentos de apoio às praias considerando, nomeadamente:

- o A progressiva remoção das áreas de estacionamento de apoio à praia na zona da Mata dos Franceses;
- o A alteração dos estacionamentos de apoio na praia de S. João.

Objectivos de curto e médio prazo:

- o Disciplinar o estacionamento invasivo de apoio às praias evitando, deste modo, constrangimentos na rede viária, os quais causam dificuldades na operação do TC;
- o Condicionar a utilização do TI;
- o Recuperar e ordenar o sistema dunar frontal.

Incidência Territorial:

Local

Código de Acção: **C.2.4.**

Sector / Domínio de Intervenção:

**MOBILIDADE
ACESSIBILIDADES A NÍVEL LOCAL**

Acção / Projecto a Desenvolver: **Reformulação dos acessos à zona de praias**

Descrição:

As enormes solicitações de tráfego que se verificam nas vias de acesso às praias, na época balnear, justificam a reformulação destes acessos de modo a minimizar os impactos sobre a faixa costeira.

Objectivos de curto e médio prazo:

- o Facilitar o serviço do TC rodoviário;
- o Controlar o acesso de TI à frente de mar/rio;
- o Recuperar e ordenar o sistema dunar frontal.

Incidência Territorial:

Local

Código de Acção: **C.2.5.**

Sector / Domínio de Intervenção:

MOBILIDADE**ACESSIBILIDADES A NÍVEL LOCAL**Acção / Projecto a Desenvolver: **Desenvolvimento da rede de percursos cicláveis****Descrição:**

Um conceito de desenvolvimento sustentável deve potenciar as deslocações de curta-distância não motorizadas, sempre que as condições físicas sejam favoráveis, como é o caso da Trafaria. A criação de uma rede de percursos cicláveis, legível e segura, e a sua integração numa Rede Municipal de Percursos Cicláveis (projecto mais vasto da CMA), afigura-se, deste modo, pertinente.

Objectivos de curto e médio prazo:

- o Promover a crescente utilização da bicicleta;
- o Promover o usufruto da frente ribeirinha da Trafaria e frente de mar da Costa da Caparica;
- o Diminuir o tráfego TI em deslocações de curta-distância, nomeadamente nos trajectos internos à Área de Intervenção e em articulação com os interfaces.

Incidência Territorial:

Local

Código de Acção: **C.2.6.**

Sector / Domínio de Intervenção:

**MOBILIDADE
ACESSIBILIDADES A NÍVEL LOCAL**Acção / Projecto a Desenvolver: **Melhoria das ligações transversais entre Pêra e Corvina**

Descrição:

Equacionar uma ligação viária secundária entre Pêra e Corvina (atravessamento da Ribeira da Enxurrada), a qual deverá ser compatibilizada com o projecto do IC32 e com intervenção futura no Vale da Ribeira da Enxurrada.

Objectivos de curto e médio prazo:

- o Melhorar as ligações rodoviárias entre Pêra e Corvina;
- o Contribuir para uma maior coesão da rede urbana.
- o Facilitar o serviço do TC rodoviário;

Incidência Territorial:

Local

Código de Acção: **C.3.1.**

Sector / Domínio de Intervenção:

**MOBILIDADE
TRANSPORTE**Acção / Projecto a Desenvolver: **Estudo de integração tarifária do TP**

Descrição:

Sem contrariar a progressiva transferência das deslocações para o modo TI e sem impulsionar uma alteração da repartição modal a favor do TC, os esforços de requalificação urbana poderão não conduzir à desejada melhoria do ambiente urbano. Deste modo, revela-se indispensável incentivar uma maior utilização do TC, através de diferentes medidas, de entre as quais se destaca a integração tarifária entre títulos de transporte e o estacionamento de veículos.

Objectivos de curto e médio prazos:

- o Contrariar a progressiva transferência das deslocações para o modo TI;
- o Inverter a repartição modal, actualmente favorável ao TI.

Incidência Territorial:

Local/Municipal

Código de Acção: **C.3.2.**

Sector / Domínio de Intervenção:

**MOBILIDADE
TRANSPORTE**

Acção / Projecto a Desenvolver: **Integração de Pêra na rede de transportes colectivos**

Descrição:

Promover novas ligações de TP rodoviário entre a Trafaria e os aglomerados de Pêra e Corvina/Raposeira.

Objectivos de curto e médio prazo:

- o Melhorar a oferta de TC, contribuindo, deste modo, para uma melhor qualidade de vida da população local;
- o Contribuir para uma maior coesão da rede urbana.
- o Contrariar a progressiva transferência das deslocações para o modo TI;

Incidência Territorial:

Local

Código de Acção: **C.3.3.**

Sector / Domínio de Intervenção:

**MOBILIDADE
TRANSPORTE**Acção / Projecto a Desenvolver: **Relocalização do Terminal rodo-fluvial da Trafaria****Descrição:**

O terminal rodo-fluvial da Trafaria permite uma alternativa de ligação entre as duas margens, a qual deverá ser potenciada. No entanto, a localização do terminal, muito “encaixado” na malha urbana e excêntrico à frente ribeirinha, dificulta qualquer aumento de capacidade e a melhoria dos serviços de rebatimento. Afigura-se, assim, essencial a sua relocalização para uma posição mais central e com maior desafogo.

Objectivos de curto e médio prazo:

- o Aumento da capacidade do interface;
- o Melhoria dos serviços de rebatimento;
- o Melhoria da oferta de TC;
- o Aumento da procura de TC;
- o Contrariar a progressiva transferência das deslocações para o modo TI.

Incidência Territorial:

Local/Regional

Código de Acção: **C.3.4.**

Sector / Domínio de Intervenção:

**MOBILIDADE
TRANSPORTE**Acção / Projecto a Desenvolver: **Ligação da Trafaria ao MST**

Descrição:

O MST irá constituir uma alternativa com grandes potencialidades face ao TI e a outros modos de TC, oferecendo uma melhoria da qualidade e um aumento da capacidade de transporte, reduzindo os tempos de percurso e garantindo uma maior fiabilidade em termos de horários. Como tal, afigura-se vantajoso promover a sua extensão à Trafaria a partir da Costa da Caparica.

Objectivos de curto e médio prazo:

- o Oferta de um serviço de TC de qualidade em sítio próprio;
- o Inversão da repartição modal, actualmente favorável ao TI.
- o Aumento da mobilidade da população em TC;

Incidência Territorial:

Local/Municipal

Código de Acção: **D.1.1.**

Sector / Domínio de Intervenção:

**PLANEAMENTO E ORDENAMENTO URBANO
ORDENAMENTO DA TRAFARIA**Acção / Projecto a Desenvolver: **Estudo de Ordenamento da expansão Sul da Trafaria ¹****Descrição:**

A localização da Trafaria num território delimitado a norte, pelo estuário do Tejo e a nascente pela Arriba Fóssil, vê a sua expansão fortemente condicionada. O núcleo urbano está delimitado pela variante à EN 377-1 criada em meados do Século XX pelo plano de Faria da Costa, que configurou o limite sul, estabelecendo a demarcação entre o aglomerado urbano e o vale da Ribeira da Enxurrada.

Esta zona de transição entre a zona urbana e o vale, considerada como Espaço Urbano Consolidado no PDM Almada, engloba um conjunto de equipamentos, nomeadamente o Quartel da Trafaria, actualmente numa situação de obsolescência funcional, e uma situação de aterro, onde antes se localizou o Bairro 25 de Abril que deverão ser potenciadas, através de uma operação de requalificação que equacione novas vocações de ocupação, articulando as condicionantes naturais decorrentes da protecção à linha de água e as novas acessibilidades, quer regionais (IC32) quer locais, ligação Trafaria Corvina.

Objectivos de curto e médio prazo:

- o Reconversão de áreas de equipamento obsoletas;
- o Resolução de áreas expectantes;
- o Compatibilização da ocupação urbana com as condicionantes ambientais;
- o Resolução do remate da linha de água (eventual criação de bacia de retenção);
- o Articulação com os novos sistemas regionais de acessibilidade (corredor do IC32);
- o Criação de espaços de equipamentos, com especial atenção para os equipamentos desportivos;
- o Criação de uma reserva de protecção civil.

Incidência Territorial:

Local

¹ Este Estudo deverá ser enquadrado de forma articulada com o projecto do IC 32 (acção C1.1.) e com a área adjacente, correspondente à parte norte da Plataforma Raposeira / Corvina (integrada na acção D.2.1.), contribuindo no seu conjunto para um único Plano de Pormenor.

Código de Acção: **D.1.2.**

Sector / Domínio de Intervenção:

**PLANEAMENTO E ORDENAMENTO URBANO
ORDENAMENTO DA TRAFARIA**

Acção / Projecto a Desenvolver:

Plano de Pormenor do Torrão**Descrição:**

A frente ribeirinha do Torrão, antiga praia da Trafaria, sofreu um impacto profundo com a introdução do aterro da Silopor que alterou de modo irreversível a sua relação com o rio. A perda desta relação reflectiu-se numa progressiva desvalorização da ocupação que suscita a introdução de medidas de correcção urgentes, consagradas num Plano de Pormenor.

O Plano de Pormenor tem como principal objectivo resolver o ordenamento da frente ribeirinha, tendo em atenção as restrições à actual ocupação e a futura expansão da Trafaria ao longo desta frente.

Deverá reestruturar o desenho urbano das áreas ocupadas com habitação social, ordenar a frente da Av. Afonso de Albuquerque, para além de integrar uma solução que resolva o sistema de acessibilidade ao aterro da Silopor a partir do IC 32.

Objectivos de curto e médio prazo:

- o Articulação com a Costa da Caparica ao longo da Avenida Atlântica;
- o Reformulação dos usos do PDM;
- o Reestruturação da grelha de equipamentos;
- o Implementação de uma estratégia para a progressiva demolição de construções degradadas e realojamento de moradores;
- o Remodelação do Bairro Madame Faber;
- o Integração do terminal do POL NATO na zona urbana;
- o Integração do Metro Sul do Tejo no eixo da Avenida Atlântica até à Trafaria articulado com o terminal fluvial;
- o Ligação da malha urbana ao IC32;
- o Continuidade da marginal da Trafaria.

Incidência Territorial:

Local

Código de Acção: **D.1.3.**

Sector / Domínio de Intervenção:

**PLANEAMENTO E ORDENAMENTO URBANO
ORDENAMENTO DA TRAFARIA**

Acção / Projecto a Desenvolver:

Plano de Pormenor das Abas da Raposeira**Descrição:**

As Abas da Raposeira constituem uma zona sensível do ponto de vista ambiental e paisagístico. Constituem o prolongamento natural para poente da área urbana da Trafaria e, como tal, devem ser enquadradas num instrumento de ordenamento do território que estabeleça medidas eficazes para a sua integração.

Este instrumento de ordenamento tem como objectivo principal a resolução da expansão da Trafaria ao longo do eixo da Av. Afonso de Albuquerque.

Deverá ainda prever a valorização da Mata como parque urbano integrado na nova frente urbana, onde eventualmente terá lugar, entre outros usos, a resolução do realojamento dos fogos remanescentes inseridos no PER.

A nível do desenho urbano deve considerar a articulação da ligação do IC32 com a rede viária existente.

Objectivos de curto e médio prazo:

- o Articulação com a Costa da Caparica ao longo da Av. Afonso de Albuquerque / Av. Atlântica;
- o Enquadramento das Matas na expansão urbana;
- o Resolver os impactos na rede viária em articulação com o IC 32;
- o Reabilitação da frente urbana;
- o Valorização da Mata como Parque Urbano;
- o Promover o realojamento.

Incidência Territorial:

Local

Código de Acção: **D.1.4.**

Sector / Domínio de Intervenção:

**PLANEAMENTO E ORDENAMENTO URBANO
ORDENAMENTO DA TRAFARIA**

Acção / Projecto a Desenvolver:

Plano de Pormenor de S. João**Descrição:**

A pressão urbana verificada na plataforma litoral ao longo das últimas décadas leva a que se olhe para este território com uma atenção especial. Constitui a única área expectante, de dimensão considerável, na articulação das freguesias da Trafaria e da Costa da Caparica.

É uma zona de características naturais ímpares que deve ser objecto de uma ocupação condigna com o suporte físico, agindo como elemento valorizador desse suporte e como indutor de qualificação da frente litoral através da mais valia resultante da introdução de novos usos e actividades.

O Plano de Pormenor a elaborar tem como objectivo conciliar as recentes disposições do POOC SS com o PDM de Almada, objectivo esse que passará forçosamente pela definição de novas ocupações em que a componente edificada deverá contribuir para a recuperação de referências de excelência que em tempos foram motor da procura destas paragens pela população da AML.

Objectivos de curto e médio prazo:

- o Articulação com a Costa da Caparica ao longo da Avenida Atlântica;
- o Ordenamento em conformidade com as disposições do POOC;
- o Reformulação dos usos do PDM;
- o Reformulação do acesso à praia de S.João e definição das áreas de estacionamento;
- o Articulação com as áreas urbanas contíguas;
- o Reformulação do sistema de valas;
- o Reformulação de um sistema de protecção do cordão dunar;
- o Implementação de uma estratégia para a progressiva demolição de construções degradadas e realojamento de moradores;
- o Arranjo da marginal estabelecendo um percurso de lazer e consolidação das obras de protecção costeira;
- o Integração do terminal do POL NATO na zona urbana.

Incidência Territorial:

Local/Regional

Código de Acção: **D.1.5.**

Sector / Domínio de Intervenção:

**PLANEAMENTO E ORDENAMENTO URBANO
ORDENAMENTO DA TRAFARIA**

Acção / Projecto a Desenvolver:

**Plano de Pormenor para ampliação e reconversão do aterro do
Torrão**

Descrição:

Consolidado na década de 80, o aterro surge como um “novo território” associado à actividade portuária. A actual ocupação, indesejada pelos moradores e perturbadora de uma qualidade de vida equilibrada, constitui um equipamento estratégico, a nível nacional, e cuja desafecção neste local depende de factores exógenos à capacidade de decisão do município. Independentemente da sua actual ocupação, este aterro é irreversível e como tal deve desde já ser equacionado como um território a ordenar, tendo em atenção o seu enquadramento numa visão de futuro.

Equacionar novos usos e estudar uma articulação com a proposta de desenvolvimento da frente ribeirinha deve ser o principal objectivo deste estudo.

Objectivos de curto e médio prazo:

- o Integração do aterro do Torrão na área urbana da Trafaria;
- o Reconversão das estruturas industriais, acomodando progressivamente novos usos;
- o Novas instalações da lota;
- o Articulação com os sistemas de acessibilidade;
- o Desafecção progressiva das instalações industriais;
- o Construção de novo terminal rodo-fluvial;
- o Construção de novas infra-estruturas de apoio à pesca e actividades náuticas de recreio.

Incidência Territorial:

Local/Regional

Código de Acção: **D.1.6.**

Sector / Domínio de Intervenção:

**PLANEAMENTO E ORDENAMENTO URBANO
ORDENAMENTO DA TRAFARIA**

Acção / Projecto a Desenvolver:

Consolidação dos Estudos elaborados pelos serviços da C. M. Almada relativos ao Centro Histórico da Trafaria.**Descrição:**

Sendo o núcleo estruturante da área de intervenção, tanto por razões administrativas (sede de freguesia) como pela sua carga histórica, qualquer intervenção no ordenamento da plataforma litoral tem inevitavelmente que passar pela Trafaria.

Os serviços da C M Almada têm desenvolvido vários estudos sobre o núcleo urbano da Trafaria, que apontam medidas e orientações cuja eficácia depende de adequado enquadramento num instrumento de ordenamento do território. Os objectivos deste instrumento de gestão, independentemente de outras medidas julgadas pertinentes pelos serviços, deverão ter implicações a dois níveis fundamentais:

Ao nível do desenho urbano, considerando a articulação com as áreas de confrontação a sul e poente, procurando uma solução para uma expansão articulada e considerando o inevitável impacto de estruturas regionais (IC32, novo terminal rodo-fluvial, porto de pesca, etc.). Paralelamente deverá integrar medidas de valorização do espaço público na continuidade do projecto proposto para a frente marginal.

Ao nível do património edificado e do parque habitacional, introduzindo medidas que favoreçam a sua valorização e reabilitação.

Objectivos de curto e médio prazo:

- o Ordenamento do tráfego e estacionamento;
- o Reestruturação do terminal fluvial;
- o Promoção de incentivos à reabilitação do património construído;
- o Articulação com o aterro da SILOPOR;
- o Reestruturação de usos da frente marginal;
- o Integração do nó de ligação ao IC32.

Incidência Territorial:

Local

Código de Acção: **D.2.1.**

Sector / Domínio de Intervenção:

**PLANEAMENTO E ORDENAMENTO URBANO
ORDENAMENTO DA PLATAFORMA DA CORVINA**Acção / Projecto a Desenvolver: **Estudo de ordenamento da plataforma da Raposeira / Corvina****Descrição:**

Confinado entre a Arriba Fóssil e o Vale da Enxurrada, a plataforma da Raposeira / Corvina constitui uma unidade territorial autónoma, caracterizada sobretudo pela posição sobranceira sobre a Arriba, em tempos procurada por razões geo-estratégicas ligadas à defesa da barra do Tejo.

A sua posição proporciona sistemas de vistas panorâmicas impares cujo aproveitamento deve ser enquadrado através de propostas de novos usos, tirando partido das estruturas militares desafectadas.

O Estudo passa pela definição dessa utilização, assente no percurso da linha de fecho desde a Raposeira até às antigas instalações do Onda Parque, envolvendo parcerias com o Ministério da Defesa Nacional e com entidades privadas.

Face à diversidade de problemas e à vastidão da área em questão, este estudo, por razões operacionais deverá ser desagregado em várias componentes:

- Plano de Pormenor do Forte da Raposeira e abrangendo a frente norte da arriba, a articulação com a expansão sul da Trafaria e o espaço intersticial entre os núcleos urbanos de Raposeira e Corvina ²
- Estudo de Ordenamento de Alpena, centrado no Forte de Alpena e abrangendo a zona sul da plataforma até ao IC 20
- Estudo de Reestruturação da Raposeira, incorporando a AUGI da Raposeira e as medidas de correcção necessárias para intervir nas construções implantadas na crista da arriba em situação de risco.
- Estudo de Reestruturação da Corvina, incorporando a AUGI e estabelecendo medidas de ordenamento do espaço urbano do aglomerado.

Objectivos de curto e médio prazo:

- Definição de limites de ocupação associados a indicadores do uso do solo, articulando o remate das situações construídas – Raposeira, Corvina e expansão sul da Trafaria;
- Integração das estruturas militares numa área de aproveitamento turístico organizada a partir de um corredor verde;
- Progressiva demolição de construções em situação de risco ou implantadas em área *non ædificandi*.
- Articulação funcional com a zona do Onda Parque;

Incidência Territorial:**Local**

² A parte norte deste território deverá ser também ser estudada de forma articulada com o projecto do IC 32 (acção C1.1.) e com a área adjacente correspondente à expansão Sul da Trafaria (acção D.1.1.), contribuindo no seu conjunto para um único Plano de Pormenor

Código de Acção: **D.3.1.**

Sector / Domínio de Intervenção:

**PLANEAMENTO E ORDENAMENTO URBANO
ORDENAMENTO DA PLATAFORMA DE MURFACÉM**Acção / Projecto a Desenvolver: **Estudo para o ordenamento do núcleo urbano de Pêra****Descrição:**

Aglomerado com características marcadamente rurais, quer pela imagem do núcleo original, quer pelas antigas quintas adjacentes, quer ainda pela configuração da estrutura urbana mais recente, decorrente da repartição em lotes de um cadastro rural.

Situa-se no limite nascente da freguesia da Trafaria pelo que mantém uma relação mais estreita com o Monte da Caparica do que com a sede da freguesia.

Esta relação de proximidade com uma área onde a pressão urbanística se tem vindo a verificar em ritmo acelerado, em parte pela presença da Universidade, leva a que se olhe para este território dotando-o de instrumentos de gestão que enquadrem as AUGI's e estabeleçam as bases de estruturação tendo em conta as relações com a envolvente.

Objectivos de curto e médio prazo:

- o Redefinição do perímetro urbano e dos parâmetros urbanísticos;
- o Ordenamento do espaço público;
- o Resolução das AUGI's;
- o Articulação funcional com o Monte da Caparica;
- o Integração de novas acessibilidades;
- o Adequação da grelha de equipamentos.

Incidência Territorial:

Local/Municipal

Código de Acção: **D.3.2.**

Sector / Domínio de Intervenção:

**PLANEAMENTO E ORDENAMENTO URBANO
ORDENAMENTO DA PLATAFORMA DE MURFACÉM**Acção / Projecto a Desenvolver: **Ordenamento da Plataforma Murfacém-Cova****Descrição:**

Zona de características rurais, situada entre a linha de cumeada marcada pela EN 377-1 e a Arriba do Tejo..A situação morfológica proporciona um sistema de vistas ímpar, marcado tanto pelos vales encaixados que se abrem para o rio como pela ampla panorâmica que, de Murfacém, se abre para poente sobre a Trafaria e a foz do Tejo.

Embora consagrada no PDM como área de vocação turística, não viu, nas últimas décadas essa vocação confirmada, pelo que urge uma reflexão sobre essa caracterização.

O estudo deve ter em linha de conta, na nova proposta de ordenamento, a pressão urbanística crescente na zona contígua do Monte da Caparica e deve atender às eventuais consequências de uma futura travessia do Tejo.

Estabelecer medidas eficazes de salvaguarda de toda a frente ribeirinha deve ser uma medida a contemplar no estudo.

Objectivos de curto e médio prazo:

- o Revisão dos perímetros urbanos existentes;
- o Criação de uma área de paisagem protegida ao longo da arriba;
- o Promover a elaboração de projectos de infraestruturas, nomeadamente o projecto de execução da rede de saneamento na zona de Murfacém e Cova, incluindo execução do Emissário para ligação à ETAR;
- o Rever os parâmetros urbanísticos;
- o Projecto de um passeio ribeirinho ao longo do rio.

Incidência Territorial:

Local/Municipal

Código de Acção: **D.4.1.**

Sector / Domínio de Intervenção:

**PLANEAMENTO E ORDENAMENTO URBANO
URBANISMO PARTICIPADO**Acção / Projecto a Desenvolver: **Dinamizar o urbanismo participado****Descrição:**

No âmbito deste processo e tendo em vista o urbanismo participado, sugere-se a continuação do envolvimento da população local, iniciado com o Estudo de Enquadramento Estratégico. Esta participação não se deverá restringir apenas ao período de discussão pública, previsto no DL 380/99 de 22 de Setembro. A participação da população local deverá ocorrer nos fóruns propostos pela metodologia de trabalho, bem como em momentos antecedentes e preparatórios desses fóruns, através da condução de entrevistas personalizadas aos membros da comissão local de acompanhamento, nas fases de preparação dos planos de pormenor e da sua concretização.

Objectivos de curto e médio prazo:

- o Conferir maior transparência ao processo;
- o Fortalecer a relação com a população local, integrando as suas necessidades e expectativas.

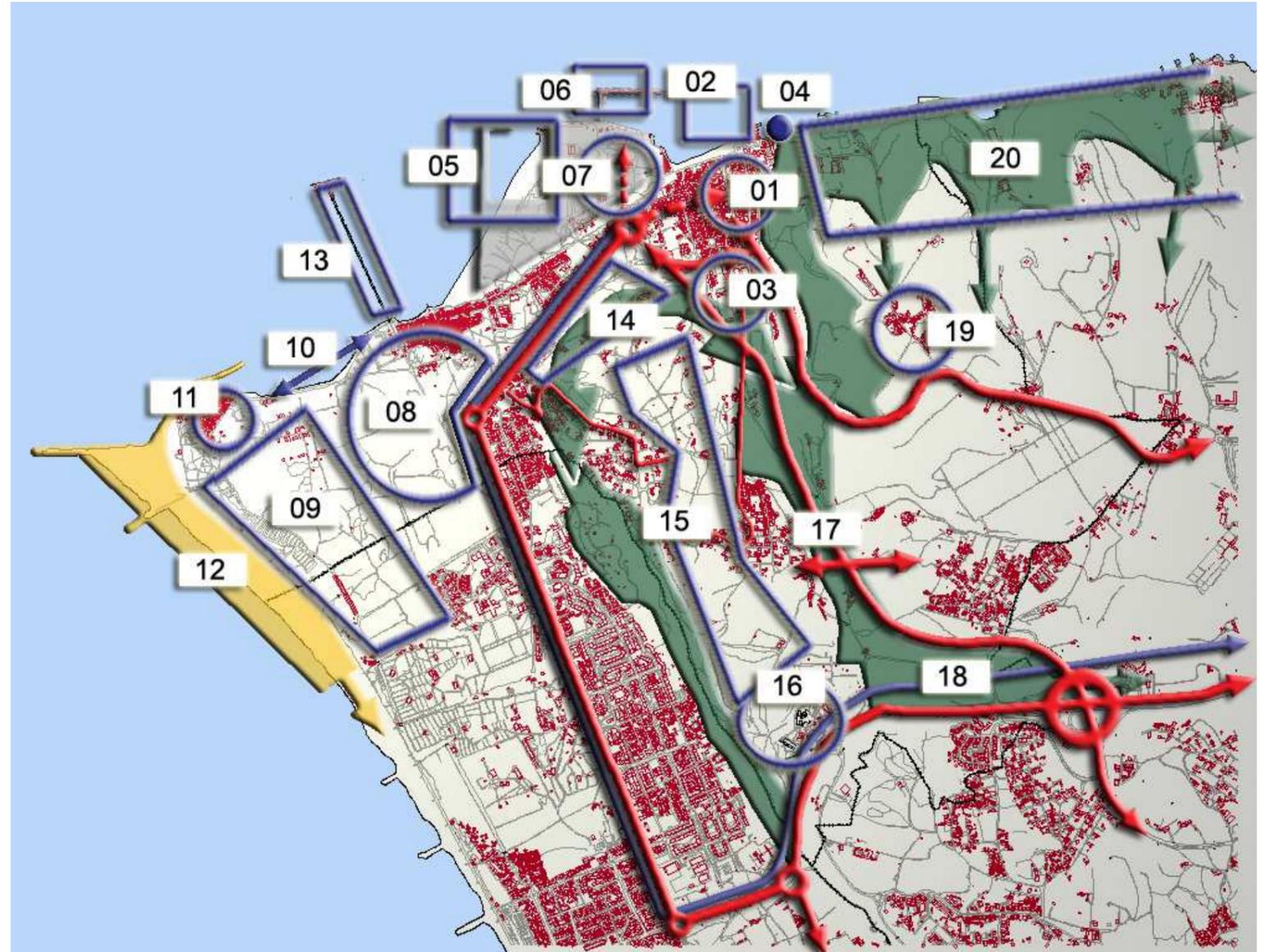
Incidência Territorial:

Local/Municipal

4.2 | PROJECTOS ÂNCORA

Do elenco de acções atrás descritas salienta-se um conjunto de iniciativas, **projectos âncora**, considerados como estruturantes para a consolidação da visão estratégica:

1. Reabilitação do núcleo histórico da Trafaria
2. Porto de recreio da Trafaria
3. Complexo de equipamentos desportivos
4. Recuperação do forte da Trafaria (Escola de Hotelaria)
5. Novo porto de pesca
6. Terminal rodo fluvial (após desafecção das instalações industriais)
7. Pólo científico e tecnológico (após desafecção das instalações industriais)
8. Novo pólo de desenvolvimento urbano
9. Golfe (Preservação dos valores ambientais em cumprimento das indicações do POOC)
10. Reabilitação da frente marginal
11. Projecto de referência (equipamento de uso colectivo / espaço singular de fruição pública)
12. Recuperação das frentes de praia
13. Aproveitamento para recreio e lazer do pontão
14. Novo parque urbano
15. Parque público associado aos fortes
16. Parque temático (recreio e diversões)
17. Projecto para enquadramento das novas acessibilidades – IC32
18. Prolongamento da rede do MST até à Trafaria
19. Reabilitação do núcleo de Murfacém
20. Área de paisagem protegida de âmbito municipal
21. Marketing da Região
22. Realojamento



Os Projectos Âncora atrás referidos consubstanciam ou enquadram as seguintes acções:

Projectos com incidência sobre a área urbana da Trafaria:

Projectos	Acções
01 – Reabilitação do núcleo histórico	A.1.3.; A.1.4.; B.1.1.; B.1.2.; B.2.1; B.2.4.; C.2.5.; C.3.4.; D.1.1; D.1.6
02 – Porto de Recreio	B.4.3.; D.1.6.
03 – Complexo desportivo da Trafaria	B.2.3.; D.1.1
04 – Recuperação do Forte da Trafaria	B.4.1.

Projectos com incidência sobre a zona de aterros:

Projectos	Acções
05 - Novo porto de pesca	B.2.1.; B.3.1.; B.3.2.; D.1.5; D.1.6.
06 - Terminal rodo fluvial (após desafecção das instalações industriais)	C.1.1.; C.1.2.; C.1.4; C.3.3.; D.1.5.
07 - Pólo científico e tecnológico (após desafecção das actuais instalações industriais)	C.2.5.; D.1.5.

Projectos com incidência sobre a planície litoral e orla costeira:

Projectos	Acções
08 - Novo pólo de desenvolvimento urbano	B.2.1.; C.2.1.; C.2.3.; C.2.4.; C.2.5.; C.3.4.; D.1.4.
09 - Golfe (Preservação dos valores ambientais em cumprimento das indicações do POOC)	A.1.5.; B.4.3.; C:2.3.; D.1.4.
10 - Reabilitação da frente marginal	A.1.5.; B.4.3.; C:2.3.; C.2.5.; D.1.4.
11 - Projecto de referência (equipamento de uso colectivo / espaço singular de fruição pública)	A.1.5.; B.4.3.; C:2.3.; C.2.5.; D.1.4.
12 - Recuperação das frentes de praia.	A.1.5.; B.4.3.; C:2.3.; C.2.5.
13 - Aproveitamento para recreio e lazer do pontão POL NATO	B.2.4.; B.4.3.; D.1.4.

Projectos com incidência sobre a arriba fóssil atlântica:

Projectos	Acções
15 - Novo parque urbano	B.4.2.; D.1.3..
16 - Parque público associado aos fortes	A.1.1.; A.1.4.; C.2.2.; C.2.5.; D.2.1.
17 - Parque temático (recreio e diversões)	A.1.1.; D.2.1.

Projectos com incidência sobre o sistema de acessibilidades:

Projectos	Acções
18 - Projecto para enquadramento das novas acessibilidades – IC32	A.1.3.; C.1.1.; C.1.2.; C.1.3.; C.1.4.; C.1.5.; C.2.5; C.2.6.; C.3.1.; C.3.2.; D.1.3; C.1.2.
19 - Prolongamento da rede do MST até à Trafaria	C.3.4.; D.1.2.; D.1.6.

Projectos com incidência sobre a arriba fóssil ribeirinha:

Projectos	Acções
20 - Reabilitação do núcleo de Murfacém	C.1.5.; C.3.1.; D.3.2.
21 - Área de paisagem protegida de âmbito municipal	A.1.2.; A.1.4.; D.3.2.

Projectos de abrangência global:

Projectos	Acções
22 - Marketing da Região	B.1.3.; B.1.4.; B.1.5.; B.2.5.; D.4.1.
23 - Realojamento	B.2.1.; D.1.1; D.1.2.; D.1.3.; D.1.4.; D.1.6.; D.4.1.

5 | PROGRAMA DAS UNIDADES DE INTERVENÇÃO PRIORITÁRIAS

Não constituindo o presente Estudo de Enquadramento Estratégico um instrumento de gestão do território, mas sim uma reflexão fundamentada sobre a área de intervenção, a concretização das orientações agora apontadas como prioritárias carecem de procedimentos administrativos / operacionais que passam por:

- ◀ **Elaboração de Instrumentos de Gestão do Território** – Vinculação das entidades com interesses sobre o território através da elaboração de Planos de Pormenor, em conformidade com o disposto no Decreto Lei 380/99, na redacção dada pelo Decreto Lei nº 310/2003, de 10 de Dezembro, por forma a concretizar programas de acção territorial e estabelecer as bases de intervenção integrada, delineando as perspectivas da política municipal para a zona e identificando as situações que carecem de harmonização de interesses entre o município e as diversas entidades com jurisdição ou tutela sobre o território
- ◀ **Iniciativas de sensibilização** – Acções junto à população, directas ou por intermédio das colectividades, promovendo o esclarecimento sobre questões de âmbito social, económico ou de exploração de recursos com vista à implementação de iniciativas indispensáveis à utilização sustentável do território.

A elaboração dos planos municipais de ordenamento do território compete à Câmara Municipal, sendo determinada por **deliberação a publicar no Diário da República** e a divulgar através da comunicação social, que estabelece os respectivos prazos de elaboração.

Compete à Câmara Municipal a definição da oportunidade e dos **termos de referência** dos planos de pormenor, sem prejuízo da posterior intervenção de outras entidades públicas ou particulares.

Neste capítulo pretende-se dar um contributo para o estabelecimento desses termos de referência, através da definição dos Programas referentes às intervenções Prioritárias:

- ◀ **Proposta de delimitação de áreas prioritárias a serem objecto de Plano de Pormenor** – Definição dos limites dos Instrumentos de gestão territorial para publicação em anúncio.
- ◀ **Programas de intervenção** – Caracterização dos termos de referência a que devem responder esses instrumentos operacionais.

Na sequência da caracterização anterior consideram-se as seguintes intervenções prioritárias:

- ◀ **Plano de Pormenor de S. João** – Compreendendo os terrenos da URPRASOL – Fábrica da pólvora.
- ◀ **Plano de Pormenor do Torrão** – Compreendendo os terrenos que incluem, a norte, a área sob jurisdição da APL e delimitados a sul pela Av. Afonso de Albuquerque, a nascente pela Rua Alexandre Braga e a poente pela Rua Manuel Baptista Lagarto.
- ◀ **Plano de Pormenor das Abas da Raposeira** – Compreendendo os terrenos entre a Av. Afonso de Albuquerque e a crista da Arriba fóssil e delimitados a nascente pela Estrada da Raposeira e a poente pela Rua Cândido de Sousa.

- ◀ **Plano de Pormenor da Raposeira / Expansão Sul da Trafaria** – Compreende a zona norte da Plataforma da Corvina, desde a crista da arriba (Abas da Raposeira) até ao forte de Alpena e está delimitada a poente e nascente pelas zonas edificadas da Raposeira e Corvina, respectivamente. Compreende ainda a articulação da plataforma com a área de expansão sul da Trafaria.

5.1 | PLANO DE PORMENOR DE S. JOÃO

Desenvolvimento de uma frente urbana ao longo do eixo Av. Atlântica / Av. Afonso de Albuquerque e do ordenamento da Mata dos Franceses, tendo em consideração as seguintes directivas programáticas (ver acção D.1.4.):

- ◀ **Incorporação das orientações do POOC SS** – Reabilitação e valorização da orla costeira e ribeirinha através da concretização das disposições do POOC e consequente alteração do PDM Almada.
- ◀ **Salvaguarda dos valores naturais e paisagísticos** – Estabelecimento de orientações para o usufruto da orla costeira e ribeirinha e da Mata dos Franceses. Enquadramento do sistema de valas de drenagem.
- ◀ **Resolução de conflitos de ocupação do território** - Domínio público marítimo e zonas de risco da orla costeira ocupados com construção (Cova do Vapor e 2º Torrão); áreas ocupadas por estruturas militares.
- ◀ **Concretização dum pólo urbano-turístico de excelência na AML**, planeado com criatividade urbanística, promovendo a diversificação de usos e a qualidade arquitectónica, no contexto da expansão da Trafaria e articulado nas componentes mar/rio e mata.
- ◀ **Definição de acessibilidades** – Definição do sistema de acessos à frente de praias e das áreas de estacionamento de apoio, definição de percursos cicláveis e previsão da futura articulação com a rede do MST.
- ◀ **Estruturar a grelha de equipamentos** – Revisão da situação existente e elaboração de propostas de alteração dimensionadas de acordo com as novas propostas de ocupação.
- ◀ **Redelimitação das áreas da REN** (a propor para exclusão), com o objectivo de se viabilizar a nova proposta de ocupação.

5.2 | PLANO DE PORMENOR DO TORRÃO

Resolver o ordenamento da frente ribeirinha, tendo em atenção as restrições à actual ocupação, reestruturar o desenho urbano das áreas ocupadas com habitação social, ordenar a frente da Av. Afonso de Albuquerque e resolver o sistema de acessibilidade ao aterro da Silopor a partir do IC 32. (ver acção D.1.2.).

Este plano deve enquadrar as seguintes orientações programáticas:

- ◀ **Salvaguarda dos valores naturais e paisagísticos** – Estabelecer orientações para o usufruto da frente ribeirinha em articulação com a Trafaria e com o Plano de Pormenor de S. João.

- ◀ **Resolução de conflitos de ocupação do território** - Domínio público marítimo e zona de risco da frente ribeirinha ocupada com construção (1º Torrão). Articulação com o aterro da Silopor com vista a uma futura integração urbana em continuidade.
- ◀ **Articulação da ocupação urbana com a malha espacial da Trafaria**, Estabelecer uma proposta de continuidade a nível do desenho urbano com criatividade urbanística, promovendo a diversificação de usos e a qualidade arquitectónica, sem prejuízo do realojamento dos actuais moradores no local.
- ◀ **Definição de acessibilidades** – Definição do sistema de acessos ao aterro a partir do IC 32, definir percursos cicláveis e prever a futura articulação com a rede do MST.
- ◀ **Estruturar a grelha de equipamentos** – Revisão da situação existente e elaboração de propostas de alteração dimensionadas de acordo com as novas propostas de ocupação.
- ◀ **Rever os usos e indicadores do PDM** - Integrar a nova proposta de usos e de ocupação.

5.3 | PLANO DE PORMENOR DAS ABAS DA RAPOSEIRA

Valorização da Mata como parque urbano integrado na frente da Av. Afonso de Albuquerque.

Ordenamento dessa frente urbana assumindo a sua utilização para efeitos de realojamento, entre outros uso. Resolver a articulação da ligação do IC32 com a rede viária existente (ver acção D.1.3.).

Este plano deve enquadrar as seguintes orientações programáticas:

- ◀ **Salvaguarda dos valores naturais e paisagísticos** – Estabelecer orientações para o usufruto da mata como parque urbano sem prejuízo da salvaguarda dos valores naturais.
- ◀ **Resolução de conflitos de ocupação do território** – Realojamento das construções em situação de segurança precária ao longo da Estrada do Povo da Raposeira.
- ◀ **Resolver a frente urbana da Av. Afonso de Albuquerque** - Estabelecer uma proposta de continuidade a nível do desenho urbano com criatividade urbanística, integrando os acessos ao parque urbano, promovendo a diversificação de usos e a qualidade arquitectónica, sem prejuízo do realojamento dos actuais moradores no local.
- ◀ **Definição de acessibilidades** – Definição do sistema de articulação entre o IC 32 e a rede existente. Considerar a futura articulação com a rede do MST.
- ◀ **Redelimitação das áreas da REN** (a propor para exclusão), com o objectivo de se viabilizar a nova proposta de ocupação.

5.4 | PLANO DE PORMENOR DA RAPOSEIRA / EXPANSÃO SUL DA TRAFARIA

Em complemento do ordenamento da plataforma litoral, e por se tratar de uma zona imediatamente contígua aos Planos de Pormenor atrás referidos, é fundamental estabelecer medidas para

intervenção na zona da Raposeira, considerando a salvaguarda dos valores naturais, dentro da perspectiva de articulação integrada com a expansão sul da Trafaria (ver acção D.1.1.).

A área de intervenção compreende o espaço delimitado a norte pela arriba fósil e compreendido entre as delimitações das AUGI da Raposeira e Corvina, bem como a zona da expansão sul da Trafaria integrando as instalações militares, o aterro do Bairro 25 de Abril e a articulação do IC32 com a rede viária existente.

Este plano deve enquadrar as seguintes orientações programáticas:

- ◀ **Salvaguarda dos valores naturais e paisagísticos** – Estabelecer orientações para a protecção da Arriba e o usufruto da plataforma como parque urbano equipado sem prejuízo da salvaguarda dos valores naturais.
- ◀ **Remate norte da Ribeira da Enxurrada** – Resolver a transição da linha de água a céu aberto para a situação encanada, criando mecanismos de protecção contra eventuais situações de cheia.
- ◀ **Revisão dos condicionamentos existentes** – Efectivar a extinção de servidões militares, que já não se justificam, e promover novos usos para as áreas afectas a equipamentos militares.
- ◀ **Revisão de perímetros urbanos** – Reavaliar a delimitação dos Espaços Urbanos e Urbanizáveis enquadrando os espaços anteriormente afectos a equipamentos e a integração de áreas de realojamento.
- ◀ **Ordenar a ocupação ao longo da linha de fecho** - Estabelecer uma proposta de continuidade a nível do desenho com criatividade urbanística, integrando os remates dos aglomerados da Raposeira e Corvina numa proposta de aproveitamento paisagístico.
- ◀ **Definição de acessibilidades** – Definir o sistema de articulação entre o IC 32 e a rede existente, nomeadamente no que se refere à ligação Trafaria Corvina.
- ◀ **Redelimitação das áreas da REN** (a propor para exclusão), com o objectivo de se viabilizar a nova proposta de ocupação.

Anexo 1

Acções de Participação

RELATÓRIO DA SESSÃO COM COMISSÃO LOCAL DE ACOMPANHAMENTO

21 de Abril de 2005

Elaborado para Parque Expo98, S.A. por
Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente
Faculdade de Ciências e Tecnologia / Universidade Nova de Lisboa
Monte de Caparica 22 de Abril de 2005

1. Introdução e Contexto

A sessão com a Comissão Local de Acompanhamento visou apresentar e debater a visão para a área de intervenção, os objectivos e os projectos considerados “âncora” para a valorização ambiental e renovação urbana da zona de intervenção.

A sessão realizou-se nas instalações da Junta de Freguesia da Trafaria. Contou com a presença de 18 participantes, representantes das 22 entidades que constituem a Comissão Local de Acompanhamento.

2. Debate e Auscultação de Preferências

Após a apresentação pormenorizada efectuada pelo Sr. Arq. José Caldeira foi destinado espaço para debate e recolha de reacções dos participantes.

De seguida foi solicitado aos membros da Comissão Local de Acompanhamento que expressassem as suas preferências relativamente aos 22 projectos âncora expostos em pósteres. Para o efeito cada participante dispôs de um conjunto de 10 pontos. O resultado encontra-se expresso no quadro seguinte.

PROJECTOS ÂNCORA	N.º PONTOS
Valorização da Área Urbana da Trafaria	
1 - Reabilitação do núcleo histórico	12
2 - Porto de Recreio	15
3 - Complexo Desportivo	20
4 - Recuperação do Forte (Escola de Hotelaria)	8
Reformulação Funcional da Frente Ribeirinha da Trafaria	
5 - Porto de Pesca	22
6 - Terminal Rodo Fluvial	17
7 - Pólo científico e tecnológico	8
Criação de área urbana qualificada entre a Trafaria e a Costa da Caparica	
8 - Pólo urbano	13
9 - Golfe em articulação com a mata	0
10 - Pontão para actividades de recreio	9
Valorização da Frente Litoral, articulando com o Polis	
11 - Projecto de referência (espaço de fruição pública)	4
12 - Recuperação da frente de praias	7
13 - Reabilitação da frente marginal	1
Ordenamento da Plataforma Raposeira / Alpena	
14 - Reversão da mata em Parque Urbano	9
15 - Parque público associado aos fortes	1
16 - Parque Temático (recreio e diversões)	0
Concretização do sistema de acessibilidades	
17 - Enquadramento de novas acessibilidades – IC32	11
18 - Ampliação da rede de MST até à Trafaria	12
Ordenamento da arriba do Tejo	
19 - Reabilitação do núcleo de Murfacém	3
20 - Área de paisagem protegida de âmbito Municipal	0
Projectos de âmbito geral	
21 - Marketing da Região	3
22 - Realojamento	5

Foi ainda dada a possibilidade dos participantes deixarem por escrito uma mensagem, comentários ou sugestão de outra acções que considerassem pertinentes. Estas contribuições encontram-se sintetizadas de seguida.

- ◀ A mensagem que deixo é que o plano estratégico tenha um cariz sensível à parte do desenvolvimento de acessibilidades e requalificação de toda a estrutura habitacional.
- ◀ Campo de Futebol, Porto Marítimo.
- ◀ Acessibilidades – Heliporto.
- ◀ Que o promotor, Câmara e demais entidades consigam harmonizar e humanizar o tratamento a todos os moradores a realojar e não subsistir apenas a lógica do rendimento do promotor.
- ◀ O projecto globalmente merece a nossa concordância. A aposta no desenvolvimento assente no turismo e lazer exige grande preocupação em termos de segurança, pelo que há que ter muito cuidado em evitar que a Trafaria se transformem em “Amadoras”. O turismo é incompatível com insegurança... O realojamento dos habitantes da Cova do Vapor deve ser efectuado com cautela.... (versão abreviada). As acessibilidades e a promoção de habitação propícia a fixação de população jovem são fundamentais e são excelentes âncoras com efeitos multiplicáveis nos serviços, pelo que devem ser incrementados apoios. A Câmara pode e deve criar esses incentivos.

RESULTADOS DO INQUÉRITO AOS PARTICIPANTES DA SESSÃO DE PARTICIPAÇÃO – 2º FÓRUM

29/04/05

Elaborado para Parque Expo98, S.A. por
Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente
Faculdade de Ciências e Tecnologia / Universidade Nova de Lisboa
Monte de Caparica 29 de Abril de 2005

PROJECTOS ÂNCORA	N.º
Valorização da Área Urbana da Trafaria	
- Reabilitação do núcleo histórico	47
- Porto de Recreio	20
- Complexo Desportivo	19
- Recuperação do Forte (Escola de Hotelaria)	59
Reformulação Funcional da Frente Ribeirinha da Trafaria	
- Porto de Pesca	72
- Terminal Rodo Fluvial	52
- Pólo científico e tecnológico	17
Criação de área urbana qualificada entre a Trafaria e a Costa da Caparica	
- Pólo urbano	25
- Golfe em articulação com a mata	4
- Pontão para actividades de recreio	20
Valorização da Frente Litoral, articulando com o Polis	
- Projecto de referência (espaço de fruição pública)	8
- Recuperação da frente de praias	54
- Reabilitação da frente marginal	24
Ordenamento da Plataforma Raposeira / Alpena	
- Reconversão da mata em Parque Urbano	14
- Parque público associado aos fortes	14
- Parque Temático (recreio e diversões)	5
Concretização do sistema de acessibilidades	
- Enquadramento de novas acessibilidades – IC32	93
- Ampliação da rede de MST até à Trafaria	40
Ordenamento da arriba do Tejo	